



PETTENATI S.A.
Indústria Têxtil

Manual de Participação do Acionista
Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária

29 de Outubro de 2010 – as 17:30 horas

SUMÁRIO

1. Informações sobre assembleias gerais

1.1 Assembleia Geral Ordinária - AGO

1.2 Assembleia Geral Extraordinária - AGE

2. Orientações para a participação nas assembleias gerais

2.1 Acionistas

2.2 Procuradores

3. Edital de Convocação

4. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, de 29 de outubro de 2010 e publicações

4.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO (documentos e informações)

4.2 Assembleia Geral Extraordinária – AGE

Anexo I Relatório Anual dos Administradores, Demonstrações Financeiras Auditadas com o Parecer da HLB Audilink & Cia. Auditores, e Declaração da Diretoria.

Anexo II Parecer do Conselho Fiscal e Declaração de Voto

Anexo III Ata de Reunião do Conselho de Administração

Anexo IV Comentários dos Administradores relativos à situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme dispõe a Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009.

Anexo V Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido

Anexo VI Informações sobre a remuneração dos administradores

Anexo VII Estatuto Social com descrição da atual redação e da redação proposta.

Anexo VIII Aumento de Capital

Anexo IX Currículos dos candidatos e as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

1. Informações sobre assembléias gerais

As matérias relativas às assembléias gerais estão regulamentadas nos Artigos 121 a 137 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e nos Artigos 34 a 39 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das assembléias gerais é realizada mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria. O prazo mínimo de antecedência da primeira convocação será de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias.

As deliberações da assembléia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Os trabalhos da Assembléia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

1.1 - Assembleia Geral Ordinária - AGO

As sociedades anônimas devem realizar a Assembleia Geral Ordinária nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias:

- I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.
- II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.
- III - eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso.

É facultado aos acionistas com direitos a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição de membros do conselho de administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do "Livro de Presenças", o número de votos necessários para a eleição de cada membro do conselho de administração.

De acordo com a Lei, acionistas titulares de 10% (dez por cento) das ações com direito a voto poderão exercer este direito. No entanto, a CVM, com a edição da Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM nº 282 de 26 de junho de 1998, estabeleceu uma escala que varia de acordo com o valor do capital social. Na Companhia este percentual é de 8% (oito por cento).

As sociedades anônimas terão um conselho fiscal e o estatuto disporá sobre o seu funcionamento permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas.

O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos na assembleia geral, com prazo de mandato até a próxima AGO. De acordo com a Lei 6404/76, acionistas titulares de 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5 (cinco por cento) das ações preferenciais poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. A CVM, pela Instrução CVM nº 324, de 19 de dezembro de 2000, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia, o conselho fiscal poderá ser instalado, ocorrendo pedido de acionistas que representarem, no mínimo, 8% (oito por cento) das ações ordinárias ou 4% (quatro por cento) das ações preferenciais.

Conforme preceitua a Lei 6404/1976, os titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente, igual direito terão os acionistas detentores de 10% (dez por cento) ou mais das ações ordinárias.

Poderão ser eleitos para compor o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador em empresa ou de conselheiro fiscal.

Cabe, ainda, a assembléia geral fixar o montante, global ou individual, da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

1.2 - Assembleia Geral Extraordinária - AGE

A Assembléia Geral Extraordinária será convocada sempre que os interesses sociais o exigirem. A Assembléia Geral Extraordinária que deliberar sobre a alteração do Estatuto Social, instalar-se-á em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo do capital votante, podendo instalar-se em segunda convocação com qualquer número.

Para deliberar sobre as matérias elencadas no Artigo 136 da Lei 6404/76, será necessária aprovação de acionistas que representem, no mínimo, metade das ações com direito a voto.

2 – Orientações para a participação nas assembléias gerais

2.1 – Acionistas

Os acionistas da Companhia poderão participar das assembléias gerais comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto, levando em conta a espécie de ações que possuam (ordinárias e/ou preferenciais) e as matérias a serem votadas.

Para participar e votar nas referidas assembléias os acionistas deverão observar o seguinte:

- (i) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante;
- (ii) os acionistas pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação. Antes de se instalarem as assembléias gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome, a quantidade e o tipo de ações de que forem titulares

2.2 – Procuradores

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador de Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ter o reconhecimento da firma do outorgante em tabelionato de notas.

Os acionistas poderão outorgar procuração com textos variados, desde que estejam de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro. As procurações lavradas em idioma estrangeiro, antes de seu encaminhamento à Companhia, deverão ser traduzidas para o português por tradutor juramentado. Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembléias gerais.

3 – Edital de Convocação

O Edital de Convocação para as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de outubro de 2010, será publicado nas edições de 13, 14 e 15 de outubro de 2010, nos jornais “O Pioneiro”, de Caxias do Sul, “Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul” e “Valor Econômico”, Regional São Paulo, cujo teor está transcrito a seguir:

CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada às 17hs30min do dia 29 de outubro de 2010, na sede social da empresa, localizada na Rodovia Estadual RSC 453, km 2,4, na cidade de Caxias do Sul (RS), com a seguinte ordem do dia:

- a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, os pareceres dos auditores independentes e conselho fiscal relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2010;
- b. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- c. Deliberar sobre aumento de capital em R\$ 990.000,00 mediante a incorporação do saldo de lucros acumulados do exercício, sem a emissão de novas ações, e consequente alteração da redação do artigo 5º do Estatuto Social;
- d. Deliberar sobre a remuneração mensal global dos Administradores e do Conselho Fiscal, se eleito;
- e. Deliberar sobre a criação de um novo cargo de diretor, o Diretor de Planejamento Logística e TI e designação de poderes, com a consequente alteração dos artigos 18, 21, 22, 25 e 26 do Estatuto Social;

Instruções Gerais:

Para participar e votar nas referidas Assembléias os acionistas deverão observar o seguinte:

- (i) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante;
- (ii) caso os acionistas sejam representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos;
- (iii) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações.
- (iv) em atenção a Instrução CVM nº. 165, de 11/12/1991, alterada pela Instrução CVM nº. 282 de 26/06/1998 informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção de voto múltiplo é de 8%.

Informações complementares, bem como o Manual para Participação dos Acionistas nas Assembléias, contendo as informações, orientações aos acionistas e o detalhamento das matérias constantes da ordem do dia, encontram-se disponíveis na página da rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), www.cvm.gov.br e da BM&F Bovespa, www.bmfbovespa.com.br.

Caxias do Sul (RS), 13 de outubro de 2010.
Ottavio Pettenati
Presidente do Conselho de Administração

4 – Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, de 29 de outubro de 2010 e publicações

Todos os documentos relativos a Ordem do Dia das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, www.cvm.gov.br e da BM&F Bovespa, www.bmfbovespa.com.br .

4.1 – Assembléia Geral Ordinária – AGO (documentos e informações)

- (a) *Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, os pareceres dos auditores independentes e conselho fiscal relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2010;*

Anexo I – Relatório Anual dos Administradores, Demonstrações Financeiras Auditadas com o Parecer da HLB Audilink & Cia. Auditores, e Declaração da Diretoria.

Anexo II – Parecer do Conselho Fiscal e Declaração de Voto

Anexo III – Ata de Reunião do Conselho de Administração

Anexo IV – Comentários dos Administradores relativos à situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme dispõe a Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009.

Os documentos acima referidos foram publicados e/ou enviados para arquivo junto a CVM e a BM&F Bovespa nas seguintes datas:

Anexo I - foram publicados nos jornais “O Pioneiro”, de Caxias do Sul e no “Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul” no dia 27/09/2010;

Anexo II - enviados no dia 15/09/2010;

Anexo III – enviados no dia 23/09/2010;

Anexo IV – enviados no dia 27/09/2010.

- (b) *Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos*

- (c) *Deliberar sobre aumento de capital em R\$ 990.000,00 mediante a incorporação do saldo de lucros acumulados do exercício, sem a emissão de novas ações, e consequente alteração da redação do artigo 5º do Estatuto Social;*

Em 04 de agosto de 2010, a Diretoria elaborou Proposta para destinação do lucro líquido, nos termos previstos no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a qual foi enviada a CVM e a BM&F Bovespa no dia 27/09/2010.

Anexo V – Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido

Anexo VII - Estatuto Social com descrição da atual redação e da redação proposta.

Anexo VIII – Aumento de Capital

- (d) *Deliberar sobre a remuneração mensal global dos Administradores e do Conselho Fiscal, se eleito;*

De acordo com o disposto na Lei 6404/1976 compete à assembléia geral fixar a remuneração dos administradores. A proposta previamente aprovada em reunião do Conselho de Administração a respeito é a seguinte:

- a. Conselho de Administração – até R\$ 130.000,00 mais correção mensal pelo IGPM.
- b. Diretoria – até R\$ 250.000,00 mais correção mensal pelo IGPM.

O Conselho de Administração, em reunião específica, procederá a distribuição individual.

O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos na assembleia geral, com prazo de mandato até a próxima AGO. Poderão ser eleitos para compor o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador em empresa ou de conselheiro fiscal.

A Companhia recomenda que o acionista, ou grupo de acionistas, que desejarem indicar membro para compor o Conselho Fiscal e respectivo suplente, compareçam a AGO munidos do nome, qualificação e currículo do candidato, observando as regras e condições de eleição.

Nesse sentido, caso os acionistas preferencialistas peçam a instalação do Conselho Fiscal, a acionista controladora, Gladium Administração e Participações Ltda., proporá a eleição dos seguintes conselheiros fiscais: como titulares Zulmar Neves e Theodoro Firmbach e, como suplentes, respectivamente, João Carlos Franzoi Basso e Gabriela Mancuso Firmbach.

Anexo VI – Informações sobre a remuneração dos administradores

Anexo IX – Currículos dos candidatos e as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

4.2 – Assembléia Geral Extraordinária – AGE

- (e) Deliberar sobre a criação de um novo cargo de diretor, o Diretor de Planejamento Logística e TI e designação de poderes, com a consequente alteração dos artigos 18, 21, 22, 25 e 26 do Estatuto Social

O conselho de Administração em Reunião no dia 23/09/2010, aprovou a criação de um novo cargo de diretor, o Diretor de Planejamento Logística e TI e designação de poderes. A ata da RCA referida foi enviada a CVM e a BM&F Bovespa no mesmo dia da realização da reunião.

O motivo de tal alteração é a melhora administrativa oriunda da criação do novo cargo de diretor. Tendo uma área voltada especificamente ao Planejamento, Logística e TI a empresa visa conseguir um melhor atendimento das demandas internas com consequente aumento de eficácia das decisões relacionadas as áreas em questão. As alterações estatutárias são necessárias visto que não existia tal previsão de cargo no Estatuto Social da companhia, além das atribuições de poderes a diretoria, com a adequação na redação dos artigos relacionados.

Anexo III – Ata da Reunião do Conselho de Administração

Anexo VII – Estatuto Social com descrição da atual redação e da redação proposta.

Anexo I

Relatório Anual dos Administradores, Demonstrações Financeiras Auditadas com o Parecer da HLB Audilink & Cia. Auditores, e Declaração da Diretoria.

Exercício 2009/2010 (Julho/09 – Junho/10)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais e societárias, a Companhia submete à apreciação dos Srs. Acionistas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 30 de junho de 2010, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pettenati é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, e tem por principal objetivo a fabricação de tecidos acabados em ponto de malha e confecções para o vestuário. A empresa foi constituída em Junho de 1964 e neste mês de encerramento de exercício (Junho de 2010) completou 46 anos de atividades.

As linhas de produtos abrangem uma ampla variedade de tipos de tecidos tintos e estampados, com as mais diferentes fibras e combinações como “Softs”, “Plushs”, “Meia Malhas”, “Moletons”, Viscosos, Linha Esportiva, etc. A fabricação dos tecidos é realizada em duas unidades fabris, sendo uma no Brasil (em Caxias do Sul – RS) e outra em El Salvador (América Central), já as confecções são fabricadas na unidade matriz em Caxias do Sul – RS.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA

O exercício 2009/2010 ficou marcado pelo início de recuperação da crise financeira internacional, pela acirrada concorrência interna e externa, pela continuada importação de produtos têxteis asiáticos e pela contínua valorização do Real.

No mercado interno, a retomada da economia do setor têxtil não se apresentou tão acentuada como em outros setores. O desaquecimento verificado no período de crise não foi totalmente recuperado durante o exercício. Outros fatores que também contribuíram para esta situação “morna” de mercado foram a importação de artigos asiáticos a preços bem abaixo dos praticados internamente e a acirrada concorrência entre as tecelagens nacionais.

No cenário externo os mercados internacionais, que foram duramente afetados pelos problemas financeiros, já demonstraram alguma recuperação, mas o nível de procura também encontra-se abaixo do esperado para uma condição normal de negócios. Fator que continua a ser observado no que diz respeito aos produtos têxteis nacionais é a não concessão automática de licenças de importação por parte do

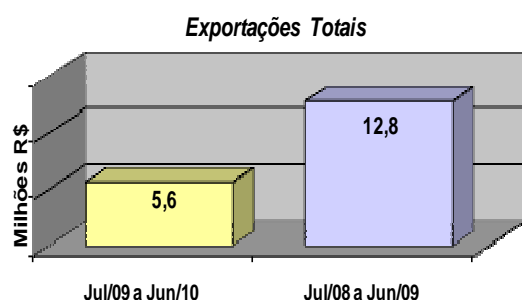
governo Argentino, que restringe de forma contundente as operações comerciais com nosso melhor parceiro comercial da região.

3. CONTROLADORA

3.1 MERCADO E VENDAS

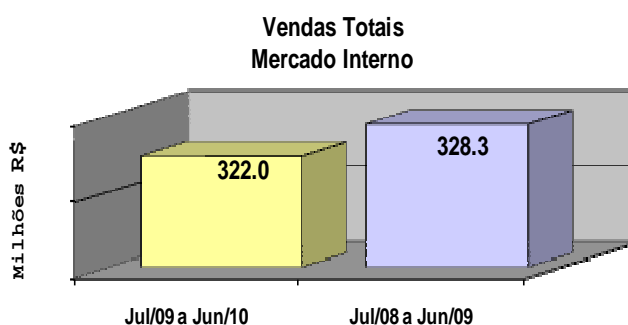
Mercado Externo: a recuperação da crise financeira internacional, a continuidade na não concessão automática de licenças de importação por parte do governo Argentino e a valorização do Real foram determinantes para que as exportações de tecidos da companhia registrassem o valor de R\$ 5,6 milhões apresentando um decréscimo de 56% ante o exercício anterior.

O volume total de tecidos exportados foi de 208 mil kgs (436 mil kgs. no exercício anterior).



Mercado Interno: alta qualidade e diversidade de produtos e agilidade nos serviços continuaram sendo fatores primordiais para a manutenção da companhia em lugar de destaque. Estes diferenciais foram a resposta para enfrentar os problemas ocorridos com a demanda e com a concorrência. As vendas da companhia registraram o valor de R\$ 322,0 milhões com redução de 1,9% ante os R\$ 328,3 milhões do exercício anterior.

O volume total de tecidos comercializados foi de 9,2 milhões de kgs. (9,5 milhões de kgs no exercício anterior) e o volume de confecções foi de 1.562 mil peças (1.606 mil no exercício anterior).



3.2 RESULTADOS

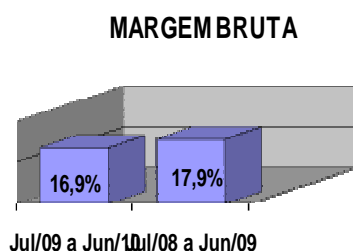
O resultado positivo apresentado de 2,2% da receita líquida (3,3% positivos no exercício anterior) foi reflexo das dificuldades verificadas principalmente na demanda, tendo em vista a concorrência interna verificada.

Um fator que deve ser levado em consideração, quando da análise do resultado líquido, é o reflexo na equivalência patrimonial da Receita não Recorrente obtida pela controlada no exercício anterior

referente ao recebimento de incentivo do governo salvadorenho para instalação da empresa naquele país. O reflexo na equivalência patrimonial, que foi registrado no exercício anterior, decorrente de tal receita não recorrente foi de R\$ 6,5 milhões, ou seja, 51% do valor total registrado no resultado da controlada de R\$ 12,7 milhões.

As margens brutas variaram de acordo com as possibilidades do mercado. A redução verificada no exercício foi de 1,0 ponto percentual registrando uma margem bruta total de 16,9% sobre a Receita Líquida.

A margem operacional antes do resultado financeiro apresentou-se no patamar de 4,3% da receita líquida (5,4% no exercício anterior).



3.3 POSICIONAMENTO FINANCEIRO

Apresentamos a seguir, alguns indicadores financeiros verificados no exercício:

Indicadores	Em R\$ mil	
	Jun/10	Jun/09
Superávit financeiro líquido	1.630	13.724
Endividamento financeiro total	12.735	11.129
Endividamento financeiro / Patrimônio Líquido	0,13	0,11
Patrimônio Líquido	100.529	100.756
Valor Patrimonial por ação	8,37	8,39

3.4 INVESTIMENTOS

A companhia investiu no exercício R\$ 17,2 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos e melhoria de instalações industriais visando modernizar e diversificar seu parque fabril. Também foram investidos durante o exercício, de forma direta, no empreendimento em El Salvador a quantia de R\$ 11,9 milhões (correspondentes a U\$ 6,5 milhões) referentes a integralização de aumentos de capital na controlada. A participação na controlada que era de 51% no exercício anterior ficou em 65,41% no encerramento deste exercício após a integralização dos aumentos de capital citados.

3.5 RECURSOS HUMANOS

Encerramos o exercício com 2.341 funcionários, ou seja, foram criadas 307 novas vagas no quadro funcional da companhia, devido principalmente a contínua implementação realizada na linha de confecções. O faturamento per capita do exercício foi de R\$ 140,0 mil/ano.

No campo assistencial, a Pettenati desempenha um importante papel no atendimento aos empregados e familiares, com plano de saúde, creche, assistência médica e odontológica, transporte e programa de alimentação ao trabalhador.

4. CONSOLIDADO

4.1 INDICADORES DE DESEMPENHO

Selecionamos abaixo, alguns indicadores importantes para a análise do desempenho da empresa:

Indicadores	(em R\$ mil)	
	Jul/09 a Jun/10	Jul/08 a Jun/09
Operacionais		
Receita Líquida	290.251	273.835
Receitas no Brasil	255.432	267.338
Receitas no exterior	34.819	6.497
Lucro Bruto	41.439	41.273
EBITDA ¹	19.941	32.540
Lucro Líquido	6.182	8.423
Lucro por ação	0,51	0,70
Investimentos no Imobilizado/Investimentos ²	28.893	56.385
Patrimônio Líquido	99.869	99.333
Financeiros		
Endividamento financeiro líquido	45.209	31.436
Endividamento financeiro total	63.410	62.622
Endividamento financeiro / Patrimônio Líquido	0,63	0,63
Margens		
Margem Bruta	14,3%	15,1%
Margem EBITDA	6,9%	11,9%
Margem Líquida	2,1%	3,1%

Notas:

1 - No EBITDA consolidado do exercício anterior (2008/2009) estão incluídas receitas não recorrentes no montante de R\$ 12,7 milhões recebidas do governo salvadoreño referentes a incentivos governamentais.

2 - Os investimentos do exercício anterior contemplam a construção e aquisição de maquinário para a empresa controlada de El Salvador. Tal unidade iniciou sua operação em Nov/2008.

4.2 MERCADO E VENDAS

Este foi o primeiro exercício completo de operação da controlada Pettenati Centro América S/A de CV na República de El Salvador. O período ficou caracterizado pela dificuldade de inserção dos produtos no mercado internacional, ocasionada pelo desaquecimento das economias mundiais, principalmente a americana. Gradativamente a empresa vem conseguindo abrir novos mercados para suprir os problemas ocasionados pelo arrefecimento da demanda em função da crise. Ao final do exercício o resultado de tal tarefa já se mostra promissor, as vendas consolidadas da companhia atingiram o montante de R\$ 363,4 milhões contra os R\$ 347,7 verificados no exercício anterior, o volume de tecidos comercializados ficou na ordem de 11,0 milhões de kgs (10,2 milhões no exercício anterior).

4.3 RESULTADOS

O resultado positivo apresentado de 2,1% da receita líquida (3,1% no exercício anterior) foi reflexo principalmente do trabalho de abertura de novos mercados iniciado em função dos problemas ocasionados pela crise financeira internacional. Deve-se levar em consideração que no resultado do exercício anterior estão contabilizadas Receitas não Recorrentes recebidas pela empresa, do governo salvadoreño, no montante de R\$ 12,7 milhões referentes a incentivos governamentais.

As margens brutas consolidadas variaram de acordo com as possibilidades de mercado atingindo o percentual de 14,1% sobre a Receita Líquida.

A margem operacional antes do resultado financeiro apresentou-se no patamar de 1,8% da receita líquida.

4.4 INVESTIMENTOS

A companhia investiu no exercício R\$ 28,9 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos e melhoria de instalações industriais visando aprimorar e finalizar seus parques fabris. Tais investimentos se deram principalmente na aquisição de máquinas e equipamentos com financiamento direto com fornecedores internacionais e prazos de pagamento de 2 a 5 anos.

4.5 RECURSOS HUMANOS

Encerramos o exercício com 2.838 funcionários no grupo, ou seja, foram criadas 535 novas vagas no quadro funcional, devido principalmente a contínua implementação realizada na linha de confecções e a ampliação da operação em El Salvador.

5. GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA - EBITDA

O EBITDA da controladora no exercício alcançou R\$ 20,3 milhões, 23,0% inferior ao do exercício anterior. Já o consolidado apresentou o valor de R\$ 19,9 milhões sendo 38,7% inferior ao apresentado no exercício anterior. Deve-se levar em consideração que no EBITDA consolidado do exercício anterior (2008/2009) estão incluídas em outras receitas operacionais, receitas não recorrentes no montante de R\$ 12,7 milhões recebidas do governo salvadorenho referentes a incentivos governamentais.

EBITDA (R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	Exercício 2009/2010	Exercício 2008/2009	Exercício 2009/2010	Exercício 2008/2009
Lucro bruto	43.255	47.777	41.439	41.273
Despesas com vendas	(22.951)	(24.465)	(24.970)	(24.998)
Despesas gerais e administrativas	(9.324)	(9.164)	(10.974)	(11.135)
Depreciação e amortizações	9.202	11.774	14.671	16.137
Outras Receitas/(Despesas) /Operacionais	80	394	(225)	11.263
EBITDA	20.262	26.316	19.941	32.540

6. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a empresa informa que a HLB Audilink Auditores e Consultores, prestadora dos serviços de auditoria externa à empresa, não prestou serviços de consultoria e assessoria durante o exercício.

7. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante global anual é fixado pela Assembléia Geral para pagamento dos honorários dos administradores da Companhia. A maior remuneração individual fixa acumulada no exercício para o

Conselho de Administração somou R\$ 600,0 mil, a remuneração média foi de R\$ 198,0 mil e a menor foi de R\$ 96,0 mil. No Conselho Fiscal a remuneração individual anual fixa foi de R\$ 40,0 mil. Na diretoria, a maior remuneração fixa individual acumulada no exercício foi de R\$ 460,0 mil, a média foi de R\$ 318,0 mil e a menor foi de R\$ 216,0 mil. Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, não recebem remuneração variável.

8. PERSPECTIVAS

O novo exercício inicia diante de um cenário que promete melhoras, principalmente na operação de El Salvador com um aumento da demanda por produtos daquela unidade e conseqüente melhora de resultados. A nível local as perspectivas são de manutenção de mercado e melhora progressiva de margens. Acreditamos que haja uma manutenção nos níveis de procura, mas vislumbramos que a concorrência se dará de forma cada vez mais acirrada entre as empresas brasileiras.

9. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo posicionamento de parceria, apoio e colaboração demonstrados, em todos os momentos, principalmente nesta fase de internacionalização da empresa. Certamente esses são e sempre serão os fatores essenciais para a continuidade da trajetória de sucesso da empresa.

Caxias do Sul, 05 de Agosto de 2010.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/JUN./10	30/JUN./09	30/JUN./10	30/JUN./09
CIRCULANTE		105.678.677	116.421.654	126.364.500	125.714.486
Caixa e equivalentes de caixa	3a-5	14.364.955	24.853.173	18.201.280	31.185.085
Clientes	3b-6	45.128.733	51.634.558	52.379.359	52.953.927
(-) Prov. Créditos Liq. Duvidosa	3c	(855.285)	(1.276.305)	(1.010.026)	(1.276.305)
Partes Relacionadas	12	534.872	2.754.093	-	-
Estoques	3d-8	39.807.565	30.957.887	49.456.151	35.092.806
Impostos a Recuperar	9	4.919.594	5.994.259	4.919.594	6.082.490
Impostos Diferidos	3e-7	207.435	-	199.604	-
Adiantamentos a Fornecedores		992.807	965.504	992.807	965.504
Outras Contas a Receber		279.860	226.314	662.295	236.942
Despesas Antecipadas		298.141	312.171	563.436	474.037
NÃO CIRCULANTE		73.394.222	60.697.459	131.935.576	124.664.008
Realizável a Longo Prazo		908.271	1.522.508	989.716	978.551
Partes Relacionadas	12	-	543.957	-	-
Depósitos Judiciais	16	288.556	56.186	288.556	56.186
Impostos Recuperar	9	619.715	922.365	701.160	922.365
Investimentos		14.011.400	7.835.913	760.229	94.861
em Controladas	10	13.917.698	7.741.052	-	-
Outros	13	93.702	94.861	760.229	94.861
Imobilizado		57.991.908	50.910.529	129.578.826	123.010.615
Intangível		482.643	428.509	606.805	579.981
TOTAL DO ATIVO		179.072.899	177.119.113	258.300.076	250.378.494

PASSIVO		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/JUN./10	30/JUN./09	30/JUN./10	30/JUN./09
CIRCULANTE		63.253.954	66.457.385	94.616.678	78.983.389
Fornecedores		33.281.164	29.216.986	41.493.071	33.432.941
Empréstimos e Financiamentos	14	5.301.116	5.818.848	25.332.276	13.014.699
Partes Relacionadas	12	1.306	-	-	-
Tributos sobre a Renda a Pagar	3p	2.487.387	3.097.190	2.487.387	3.097.190
Outras Obrigações Tributárias		1.922.390	3.307.880	1.923.137	3.307.880
Contrib. e Obrigações c/Pessoal		11.047.619	9.181.406	11.815.065	9.574.709
Contrato de Mútuo	12c	-	6.759.386	-	6.759.386
Contas e Despesas a Pagar		4.044.497	4.095.689	5.039.491	4.357.388
Dividendos a Pagar	18	5.168.475	4.980.000	6.526.251	5.439.196
NÃO CIRCULANTE		15.289.893	9.906.070	56.454.487	64.624.245
Fornecedores	15	3.200.184	3.466.080	13.721.225	13.887.375
Empréstimos e Financiamentos	14	7.434.110	5.309.990	38.077.663	49.606.870
Contrato de Mútuo	12c	3.151.084	-	3.151.084	-
Obrigações Tributárias	15b	238.115	-	238.115	-
Provisão para Contingências	16	1.266.400	1.130.000	1.266.400	1.130.000
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		-	-	7.359.933	7.437.481
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		100.529.052	100.755.658	99.868.978	99.333.379
Capital Social	18	43.990.000	43.000.000	43.990.000	43.000.000
Reservas de Capital		5.955.177	5.955.177	5.955.177	5.955.177
Reserva de Incentivos Fiscais		753.244	753.244	753.244	753.244
Subvenção p/ Investimentos		5.201.933	5.201.933	5.201.933	5.201.933
Ajustes Acumulados de Conversão		733.077	1.294.175	733.077	1.294.175
Reservas de Lucros		42.991.175	42.716.027	42.331.101	41.293.748
Legal		4.865.902	4.590.754	4.832.898	4.519.640
p/ Aumento de Capital		38.125.273	38.125.273	37.498.203	36.774.108
Reserva de Reavaliação	11	6.859.623	7.790.279	6.859.623	7.790.279
TOTAL DO PASSIVO		179.072.899	177.119.113	258.300.076	250.378.494

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/JUL./09 a 30/JUN./10	01/JUL./08 a 30/JUN./09	01/JUL./09 a 30/JUN./10	01/JUL./08 a 30/JUN./09
RECEITA BRUTA	327.655.746	341.084.036	363.418.427	347.676.223
Vendas Mercado Interno	322.021.072	328.284.467	322.021.072	334.971.097
Vendas Mercado Externo	5.634.674	12.799.569	41.397.355	12.705.126
DEDUÇÕES	(72.223.641)	(73.745.788)	(73.167.183)	(73.840.990)
Impostos e Devoluções	(72.223.641)	(73.745.788)	(73.167.183)	(73.840.990)
RECEITA LÍQUIDA	255.432.105	267.338.248	290.251.244	273.835.233
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(212.177.101)	(219.561.210)	(248.811.792)	(232.561.745)
LUCRO BRUTO	43.255.004	47.777.038	41.439.452	41.273.488
DESPESAS OPERACIONAIS	(32.195.366)	(33.234.302)	(36.170.268)	(24.871.055)
Despesas Comerciais	(22.951.336)	(24.464.709)	(24.970.420)	(24.998.438)
Despesas Administrativas	(7.259.983)	(7.243.628)	(8.910.479)	(9.215.231)
Honorário dos Administradores	(2.064.000)	(1.920.000)	(2.064.000)	(1.920.000)
Outras Receitas / (Despesas) Líquidas	79.953	394.035	(225.369)	11.262.614
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS PART. SOCIETÁRIAS E RESULT. FINANCEIRO	11.059.638	14.542.736	5.269.184	16.402.433
Resultado de Participações Societárias				
Resultado da Equivalência Patrimonial	(4.673.075)	(517.398)	-	-
Resultado Financeiro				
Receitas Financeiras	11.743.977	13.934.637	16.142.427	14.006.638
Despesas Financeiras	(6.430.852)	(12.871.923)	(11.388.976)	(16.003.275)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	11.699.688	15.088.052	10.022.635	14.405.796
IR e Contrib. Social Diferidos	207.435	-	199.604	-
Contribuição Social sobre o Lucro	(1.439.120)	(1.525.045)	(1.439.120)	(1.525.045)
Imposto de Renda sobre o Lucro	(3.870.614)	(4.110.565)	(3.870.614)	(4.110.565)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	6.597.389	9.452.442	4.912.505	8.770.186
PART. ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	2.363.529	272.102
PART. DOS FUNCIONÁRIOS NOS LUCROS	(1.094.422)	(618.830)	(1.094.422)	(618.830)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	5.502.967	8.833.612	6.181.612	8.423.458
LUCRO POR AÇÃO	0,46	0,74	0,51	0,70

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Método Indireto

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/JUL./09 a 30/JUN./10	01/JUL./08 a 30/JUN./09	01/JUL./09 a 30/JUN./10	01/JUL./08 a 30/JUN./09
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro Líquido do Exercício Antes da Contr.Social e do I.R.	11.699.688	15.088.052	10.022.635	14.405.796
Ajustes p/ reconciliar o resultado ao disponível gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e Amortizações	9.202.385	11.773.794	14.670.787	16.136.905
Juros Provisionados e não pagos	726.348	887.579	1.158.357	1.550.417
Variação Cambial Provisionada	(1.413.744)	310.532	(2.181.401)	310.532
Resultado da Equivalência Patrimonial	4.673.075	517.398	-	-
Participações de Minoritários nos Lucros	-	-	2.363.529	272.102
Variação na Participação Societária	442.371	-	-	-
Participações dos Funcionários nos Lucros	(1.094.422)	(618.830)	(1.094.422)	(618.830)
Provisão de Comissões s/Vendas	650.471	114.689	1.318.859	114.689
Provisão para Perda na Realização de Investimentos	1.159	33.492	55.160	33.492
(Reversão) / Provisão Ajuste de Estoques ao Vlr Realizável	(74.066)	(43.093)	593.166	681.941
Variação Cambial de Partes Relacionadas	13.012	(433.596)	-	-
(Ganho) / Perda na Alien. de Investimentos / Imobilizado	(40.916)	(185.156)	(82.579)	259.091
Dividendos de Preferencialistas	-	-	709.438	-
Perdas / (Reversão de Provisão) no Receb.de Créditos	(6.546)	53.363	148.195	53.363
	24.778.815	27.498.224	27.681.724	33.199.498
Variações nas contas de ativos e passivos				
Redução / (Aumento) nas Contas a Receber de Clientes	6.090.085	(6.695.271)	158.828	(8.007.881)
Redução / (Aumento) de Impostos a Recuperar	1.074.665	(165.565)	1.162.896	(176.831)
Redução / (Aumento) de Outras Contas a Receber	(53.546)	(100.832)	(425.353)	(52.846)
Redução / (Aumento) nos Estoques	(8.775.612)	13.095.571	(14.956.511)	8.365.618
Redução / (Aumento) de Despesas do Exercício Seguinte	14.030	(7.415)	(89.399)	(161.626)
Redução / (Aumento) de Adiantamento a Fornecedores	(33.526)	250.061	(182.150)	255.610
Aumento / (Redução) de Fornecedores	5.221.976	(4.313.919)	9.316.368	10.658.896
Aumento / (Redução) de Contrib. e Obrigações c/ Pessoal	1.866.213	(102.902)	2.240.356	270.770
Aumento / (Redução) de Outras Obrigações Tributárias	(1.147.375)	976.711	(1.146.628)	962.249
Aumento / (Redução) de Contas e Despesas a Pagar	(702.817)	115.209	(637.910)	376.983
Aumento / (Redução) das Provisões p/Contingências	136.400	555.000	136.400	555.000
Imposto de Renda Retido na Fonte	(395.653)	(597.591)	(395.653)	(597.591)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.523.885)	(6.040.444)	(5.523.885)	(6.040.444)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	22.549.770	24.466.837	17.339.083	39.607.405
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Redução / (Aumento) de Créditos com Pessoas Ligadas	2.750.166	(1.158.165)	-	-
Redução de Impostos a Recuperar de Longo Prazo	302.651	812.212	221.206	812.212
Depósitos Judiciais	(232.370)	(23.118)	(232.370)	(23.118)
Aumento de Capital em Controlada	(11.853.190)	(2.480.130)	-	-
Aquisições de Investimentos/Imobilizado/Intangível	(17.234.839)	(9.630.229)	(28.892.626)	(55.594.668)
Recebimento por Venda de Investimentos / Imobilizado	937.856	1.836.345	1.284.661	602.146
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-	-	1.955.349
Variação na participação de minoritários	-	-	(77.548)	3.764.431
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(25.329.726)	(10.643.085)	(27.696.677)	(48.483.648)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos	7.080.000	-	17.708.850	47.720.535
Pagamentos de empréstimos	(6.199.960)	(9.885.217)	(13.202.185)	(31.961.365)
Empréstimos pagos a controladora	(3.608.302)	(8.584.570)	(3.608.302)	(8.584.570)
Dividendos Pagos	(4.980.000)	(4.500.000)	(4.980.000)	(4.500.000)
Caixa líquido gerado (consumido) nas ativ. financiamento	(7.708.262)	(22.969.787)	(4.081.637)	2.674.600
Efeitos da variação cambial em controlada no exterior	-	-	1.455.426	2.747.971
Redução líquida de caixa e equivalentes	(10.488.218)	(9.146.035)	(12.983.805)	(3.453.672)
Caixa e equivalentes				
No início do período	24.853.173	33.999.208	31.185.085	34.638.757
No fim do período	14.364.955	24.853.173	18.201.280	31.185.085
Variação de Caixa e Equivalentes	(10.488.218)	(9.146.035)	(12.983.805)	(3.453.672)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/JUL./09 a 30/JUN./10	01/JUL./09 a 30/JUN./10	01/JUL./09 a 30/JUN./10	01/JUL./08 a 30/JUN./09
RECEITAS	326.212.191	339.890.839	362.011.783	359.361.580
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	324.758.857	337.785.956	360.019.199	344.282.940
Outras receitas	1.453.334	2.104.883	1.992.584	15.078.640
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	216.892.062	230.555.552	248.653.024	241.667.111
(inclui os valores dos impostos - ICMS, Cofins e PIS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	162.677.787	174.085.668	183.135.335	176.482.237
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	54.287.181	56.479.485	64.923.363	64.469.441
Perda/(Recuperação) de valores ativos	(72.906)	(9.601)	594.326	715.433
VALOR ADICIONADO BRUTO	109.320.129	109.335.287	113.358.759	117.694.469
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO	9.202.385	11.773.794	14.670.787	16.136.905
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	100.117.744	97.561.493	98.687.972	101.557.564
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.628.531	13.417.239	15.532.848	15.939.428
Resultado de equivalência patrimonial	(4.673.075)	(517.398)	-	-
Varição na Participação Societária	(442.371)	-	(442.371)	-
Receitas financeiras	11.743.977	13.934.637	15.975.219	15.939.428
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	106.746.275	110.978.732	114.220.820	117.496.992
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	106.746.275	110.978.732	114.220.820	117.496.992
Pessoal	50.406.710	44.279.899	54.672.455	46.549.970
Remuneração direta	41.728.558	36.104.890	45.326.045	37.888.269
Benefícios	4.986.221	5.059.333	5.654.479	5.546.025
FGTS	3.691.931	3.115.676	3.691.931	3.115.676
Impostos, taxas e contribuições	43.672.536	44.369.416	44.158.154	44.637.747
Federais	26.653.003	25.976.866	27.138.621	26.245.197
Estaduais	17.018.375	18.387.931	17.018.375	18.387.931
Municipais	1.158	4.619	1.158	4.619
Remuneração de capitais de terceiros	7.164.062	13.495.805	12.047.152	18.157.919
Juros	6.430.852	12.871.923	11.223.623	17.470.003
Aluguéis	733.210	623.882	823.529	687.916
Remuneração de capitais próprios	5.502.967	8.833.612	3.343.059	8.151.356
Dividendos	5.168.475	4.980.000	5.363.621	5.439.196
Lucros Retidos do exercício	334.492	3.853.612	342.967	2.984.262
Participação dos não-controladores	-	-	(2.363.529)	(272.102)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social Integralizado	Reservas de Capital			Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros			Ajustes Acumulados de Conversão	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
	Incentivos Fiscais	Subvenção p/ Investimentos	Total		Legal	Para Aumento de Capital	Total			

SALDOS EM 30/JUN./08	41.500.000	753.244	5.201.933	5.955.177	8.720.935	4.221.135	36.651.852	40.872.987	(661.174)	(1.441.228)	94.946.697
Outras Mutações			-	-	-			-		-	-
Realização e Reversão de Reservas			-	-	(930.656)			-		930.656	-
Variação Cambial de Investimentos no Exterior			-	-	-			-	1.955.349	-	1.955.349
Lucro Líquido do Exercício			-	-	-			-		8.833.612	8.833.612
Proposta da Administração para a Distribuição do Lucro			-	-	-			-		-	-
Reserva Legal			-	-	-	369.619		369.619		(369.619)	-
Dividendos Propostos (R\$ 0,41459846 por ação preferencial e ordinária – Nota 19)			-	-	-			-		(4.980.000)	(4.980.000)
Aumento de Capital	1.500.000		-	-	-			-		(1.500.000)	-
Reserva para Aumento de Capital			-	-	-		1.473.421	1.473.421		(1.473.421)	-
SALDOS EM 30/JUN./09	43.000.000	753.244	5.201.933	5.955.177	7.790.279	4.590.754	38.125.273	42.716.027	1.294.175	-	100.755.658
Outras Mutações			-	-	-			-		-	-
Realização e Reversão de Reservas			-	-	(930.656)			-		930.656	-
Variação Cambial de Investimentos no Exterior			-	-	-			-	(561.098)	-	(561.098)
Lucro Líquido do Exercício			-	-	-			-		5.502.967	5.502.967
Proposta da Administração para a Distribuição do Lucro			-	-	-			-		-	-
Reserva Legal			-	-	-	275.148		275.148		(275.148)	-
Dividendos Propostos (R\$ 0,43028951 por ação preferencial e ordinária – Nota 19)			-	-	-			-		(5.168.475)	(5.168.475)
Aumento de Capital	990.000		-	-	-			-		(990.000)	-
SALDOS EM 30/JUN./10	43.990.000	753.244	5.201.933	5.955.177	6.859.623	4.865.902	38.125.273	42.991.175	733.077	-	100.529.052

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Capital Social Integralizado	Reservas de Capital			Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros			Ajustes Acumulados de Conversão	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
	Incentivos Fiscais	Subvenção p/ Investimentos	Total		Legal	Para Aumento de Capital	Total			

SALDOS EM 30/JUN./08	41.500.000	753.244	5.201.933	5.955.177	8.720.935	4.179.507	35.860.927	40.040.434	(661.174)	(1.441.228)	94.114.144
Outras Mutações			-					-			-
Realização e Reversão de Reservas			-		(930.656)			-		930.656	-
Variação Cambial de Investimentos no Exterior			-					1.955.349			1.955.349
Realização de Lucro em Controlada			-							54.618	54.618
Lucro Líquido do Exercício			-					-		8.423.458	8.423.458
Dividendos de Minoritários			-							(234.190)	(234.190)
Proposta da Administração para a Distribuição do Lucro			-								-
Reserva Legal			-			340.133		340.133		(340.133)	-
Dividendos Propostos (R\$ 0,41459846 por ação preferencial e ordinária – Nota 19)			-					-		(4.980.000)	(4.980.000)
Aumento de Capital	1.500.000		-					-		(1.500.000)	-
Reserva para Aumento de Capital			-				913.181	913.181		(913.181)	-
SALDOS EM 30/JUN./09	43.000.000	753.244	5.201.933	5.955.177	7.790.279	4.519.640	36.774.108	41.293.748	1.294.175	-	99.333.379
Outras Mutações			-					-			-
Realização e Reversão de Reservas			-		(930.656)			-		930.656	-
Variação Cambial de Investimentos no Exterior			-					(561.098)			(561.098)
Realização de Lucro em Controlada			-			38.110	724.095	762.205		(475.024)	287.181
Lucro Líquido do Exercício			-					-		6.181.612	6.181.612
Proposta da Administração para a Distribuição do Lucro			-								-
Reserva Legal			-			275.148		275.148		(275.148)	-
Dividendos Propostos (R\$ 0,43028951 por ação preferencial e ordinária – Nota 19)			-					-		(5.168.475)	(5.168.475)
Dividendos p/ Preferencialistas			-							(203.621)	(203.621)
Aumento de Capital	990.000		-					-		(990.000)	-
SALDOS EM 30/JUN./10	43.990.000	753.244	5.201.933	5.955.177	6.859.623	4.832.898	37.498.203	42.331.101	733.077	-	99.868.978

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30 DE JUNHO DE 2010

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Pettenati S/A Indústria Têxtil, sociedade anônima de capital aberto, tem por objeto a fabricação, comercialização e exportação de artigos de malharia, confecção e tecidos. Possui duas unidades industriais, localizadas em Caxias do Sul (RS), destinadas a tecelagem, tinturaria, confecção e acabamento de artigos do vestuário em ponto de malha.

A companhia participa também em uma empresa controlada na República de El Salvador, destinada a fabricação e acabamento de tecidos em ponto de malha. Tal parceria estratégica se deu com investidores internacionais onde a Companhia ficou com a exclusiva gestão dos negócios e participa com 65,41% do total de ações.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Durante 2009, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deliberou novos pronunciamentos contábeis, que foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a serem aplicados nas Demonstrações Contábeis referentes a períodos a serem iniciados a partir de 01/jan./10 e sua divulgação comparativa com 2009 nas mesmas bases.

Nos termos desses novos pronunciamentos, as cifras aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação com o próximo exercício.

A Administração está em processo de avaliação dos possíveis impactos desses novos normativos sobre suas demonstrações financeiras, porém não concluiu os estudos e análises que lhe permitirão quantificar esses efeitos, sendo que os principais pronunciamentos que poderão ter efeito em suas demonstrações financeiras são: - CPC 21 Demonstração Intermediária; - CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; - CPC 24 Evento Subsequente; - CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; - CPC 26 Apresentações das Demonstrações Contábeis; - CPC 27 Imobilizado; - CPC 30 Receitas; - CPC 31 Ativo Não Circulante e Mantido para Venda e Operação Descontinuada; - CPC 32 Tributos sobre o Lucro; - CPC 33 Benefícios a Empregados; - CPC 36 Demonstrações Consolidadas; - CPC 37 Adoção Inicial das IFRS's; - CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; - CPC 39 Instrumentos Financeiros Apresentação; - CPC 40 Instrumentos Financeiros Evidenciação; - ICPC 10 Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos dos Pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 28, 37 e 43.

NOTA 3 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos de curto prazo de alta liquidez são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois são mantidos para negociação ativa e freqüente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

b. Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. O valor presente é calculado com base no valor cobrado de encargos financeiros de cada operação, proporcionalizado pela quantidade de dias entre o vencimento e a data do balanço.

c. . Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa

Foi constituída por valor estimado, com base em análise entendida como suficiente a cobertura de possíveis perdas na realização das contas a receber. A movimentação ocorrida no período foi a seguinte:

Provisão em 30/jun./09	1.276.305
Constituição no exercício	1.965.966
Baixas no exercício	(2.387.016)
Provisão em 30/jun./10	855.285

d. Estoques

Os estoques de produtos prontos, em elaboração e as matérias-primas foram avaliados, respectivamente, pelos custos médios de produção e aquisição, os quais, líquidos dos impostos recuperados, não superam o valor líquido realizável. O custo dos estoques é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal). Os estoques de produtos acabados com baixa rotatividade foram ajustados ao valores líquidos realizáveis, em função da política de preços adotada pela empresa para tais itens.

e. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre ajustes ao valor presente de clientes e fornecedores. As alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor de custo ou líquido de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais ou variações monetárias auferidas (quando aplicável).

g. Investimentos

Os investimentos em controlada são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que é reconhecido no resultado do exercício como receita/despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento em controlada no exterior, as mesmas são registradas na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido, e somente serão registradas contra o resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para efeitos da equivalência patrimonial, ganhos, perdas ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada são eliminados após o cálculo da mesma. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, acrescido da correção monetária até 31/dez./95 e ajustados aos valores recuperáveis com base na cotação média de mercado dos ativos negociados em 30/jun./10 e 30/jun./09.

h. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. Para a subsidiária localizada no exterior, os ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço.

i. Imobilizado

Os bens integrantes do imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, sendo que os imóveis também estão acrescidos de reavaliação. As depreciações foram calculadas sobre os custos corrigidos e reavaliados, pelo método linear,

à taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens, conforme especificado na nota 13.

j. Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas especificadas na nota 13. Os custos com a aquisição de marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 13.

k. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores exigíveis ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias/cambiais incorridas até a data dos balanços. Os fornecedores são avaliados no momento inicial pelo valor presente. O valor presente é calculado com base na taxa média das aplicações financeiras verificada no período. Essa taxa em 30 de junho de 2010 correspondia a 0,72% a.m.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a companhia possui uma obrigação presente, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n. Benefícios a funcionários - Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

o. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

p. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real apurado no período de 01/jan. a 30/jun., mais alíquota adicional de 10% sobre a parte deste lucro que excedeu a R\$ 120.000,00 no período, incluindo os valores destinados à aplicação em incentivos fiscais. A contribuição social foi calculada a razão de 9% sobre o lucro líquido ajustado do período.

q. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda dos produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita só é reconhecida se há razoável certeza na sua realização.

4 - CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem, além dos dados da controladora, a seguinte empresa controlada:

Empresa	Participação no Capital Total		Participação no Capital Votante	
	30/jun./2010	30/jun./2009	30/jun./2010	30/jun./2009
Pettenati Centro América S/A de C.V.	65,41%	51,0%	98,93%	98,0%

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde a soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo sua natureza, complementados com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação, dos lucros/perdas não realizados e das transações a realizar. As demonstrações contábeis da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para reais, com base na taxa corrente de venda do dólar americano vigente em 30 de junho de 2010, sendo que esta segue os mesmos princípios contábeis da controladora.

A conciliação do lucro do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	Lucro do Exercício		Patrimônio Líquido	
	30/jun./10	30/jun./09	30/jun./10	30/jun./09
Controladora	5.502.967	8.833.612	100.529.052	100.755.658
Eliminação de (ganhos) / perdas auferidos pela controladora em transações com controladas	678.645	(410.154)	(660.074)	(1.422.279)
Consolidado	6.181.612	8.423.458	99.868.978	99.333.379

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/jun./10	30/jun./09	30/jun./10	30/jun./09
Caixa	25.289	60.029	33.396	68.811
Banco Conta Corrente	2.178.134	1.386.689	6.006.352	5.367.898
Aplicações de Liquidez Imediata	12.161.532	23.406.455	12.161.532	25.748.376
Total	14.364.955	24.853.173	18.201.280	31.185.085

O caixa corresponde a bens numerários mantidos em moeda nacional. Os bancos contas corrente são as contas de livre movimentação mantidas com instituições financeiras. As aplicações financeiras referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas que variam entre 100% e 103% do CDI e são mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem prejuízo das taxas pactuadas com as instituições financeiras depositárias.

6. CLIENTES

Representam os créditos oriundos da venda de produtos a prazo. O valor presente é calculado com base nos encargos financeiros cobrados em cada operação e ajustado proporcionalmente até 31 de março de 2010.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/jun./10	30/jun./09	30/jun./10	30/jun./09
Clientes no país	45.300.726	51.510.065	45.300.726	52.829.434
(-) Ajuste a Valor Presente	(432.354)	(552.686)	(467.007)	(552.686)
Clientes no Exterior	260.361	677.179	7.545.640	677.179
Total	45.128.733	51.634.558	52.379.359	52.953.927

7. VALOR PRESENTE – CLIENTES E FORNECEDORES E IMPOSTOS DIFERIDOS

A Controladora apurou e reconheceu o ajuste do valor presente das contas de Clientes e Fornecedores de todas as operações de venda e compra. Para o ajuste a valor presente da conta de clientes, foram utilizadas as taxas de juros aplicados nas venda a prazo. Para a conta fornecedores foi utilizado a taxa média das aplicações financeiras verificada no período, que em 30 de junho de 2010 correspondia a 0,72% a.m. A seguir demonstramos os efeitos no Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Resultados:

Descrição	Controlada				Consolidado		
	Clientes	Partes Relacionadas	Reflexo das Compras nos Estoques	Fornecedores	Clientes	Reflexo das Compras nos Estoques	Fornecedores
Ativos e Passivos							
Saldo Inicial	(552.686)	(305.139)	(572.175)	262.865	(552.686)	(572.175)	262.865
AVP – Constituição	(1.918.433)	(372.230)	(1.746.751)	761.138	(1.953.086)	(1.746.751)	761.138
AVP – Realização	2.038.765	654.338	1.937.459	(797.254)	2.038.765	1.937.459	(797.254)
Saldo Final	(432.354)	(23.031)	(381.467)	226.749	(467.007)	(381.467)	226.749
Impostos Diferidos							
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-	-
Prov. IRPJ e CSLL	147.000	7.831	129.699	(77.095)	147.000	129.699	(77.095)
Saldo Final	147.000	7.831	129.699	(77.095)	147.000	129.699	(77.095)
Efeito nos Resultados							
Custo dos Produtos	-	-	190.708	-	-	190.708	-
Receitas Financeiras	120.332	282.108	-	-	85.679	-	-
Desp. Financeiras	-	-	-	(36.116)	-	-	(36.116)
IRPJ/CSLL Diferidos	147.000	7.831	129.699	(77.095)	147.000	129.699	(77.095)
Total	557.271	289.939	320.407	(113.211)	232.679	320.407	(113.211)

Os impostos diferidos tem expectativa de realização dentro do próximo exercício social, visto que não decorrem de ativos e passivos não circulantes.

8. ESTOQUES

Apresentam a seguinte composição, sendo seu giro e volume adequados a cada espécie.

	Controladora		Consolidado	
	30/jun./10	30/jun./09	30/jun./10	30/jun./09
Produtos Acabados	15.317.989	12.682.993	20.031.015	14.089.117
(-) Ajuste ao Valor Realizável	(699.973)	(774.038)	(699.973)	(774.038)
(-) Ajuste ao Valor Presente	(381.467)	(572.175)	(398.724)	(572.175)
Produtos em Elaboração	5.513.235	4.061.340	6.079.507	4.351.660
Matérias Primas e Materiais	20.057.781	15.559.767	24.444.326	17.998.242
Total	39.807.565	30.957.887	49.456.151	35.092.806

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/jun./10	30/jun./09	30/jun./10	30/jun./09
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	2.353.310	3.172.592	2.353.310	3.172.592
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	808.094	1.070.553	808.094	1.070.553
Imposto s/Produtos Industrializados – IPI	466.565	365.969	466.565	365.969
Imp. s/Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	1.510.143	1.636.130	1.510.143	1.636.130
Programa de Integração Social – PIS	44.287	119.760	44.287	119.760

Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	203.989	551.620	203.989	551.620
INSS a Recuperar	152.921	-	152.921	-
Outros	-	-	81.445	88.231
TOTAL	5.539.309	6.916.624	5.620.754	7.004.855
Ativo Circulante	4.919.594	5.994.259	4.919.594	6.082.490
Ativo Não Circulante	619.715	922.365	701.160	922.365

Os valores, quando aplicável, estão atualizados pela taxa da Selic até 30/Jun./2010.

10. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

Apresentamos abaixo, as principais rubricas das demonstrações contábeis da controlada Pettenati Centro América S/A de C.V, as quais foram consolidadas em 30 de junho de 2010 com os respectivos comparativos do exercício anterior. A demonstração dos resultados do exercício anterior está com os dados de oito meses, visto que o início oficial de operações da controlada deu-se em novembro de 2008.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Valores em R\$			Valores em R\$	
	30/jun./10	30/jun./09		30/jun./10	30/jun./09
Ativo Total	94.381.113	85.918.420	Passivo Total	94.381.113	85.918.420
Circulante	20.851.935	12.086.711	Circulante	31.938.888	15.310.159
Caixa e equivalentes de caixa	3.836.325	6.331.912	Financiamentos	20.031.160	7.195.851
Clientes	7.130.538	1.329.997	Fornecedores	8.228.616	4.215.955
Partes Relacionadas	435.208	-	Partes Relacionadas	558.151	2.784.155
Estoques	8.802.134	4.174.705	Dividendos de Minoritários	1.357.776	459.196
Impostos a Recuperar	-	88.231	Outros	1.763.185	655.002
Outros	647.730	161.866			
Não Circulante	73.529.178	73.831.709	Não Circulante	41.164.594	55.429.728
Realizável a Longo Prazo	81.445	-	Financiamentos	30.643.553	44.296.880
Investimentos	666.527	-	Fornecedores	10.521.041	10.421.295
Imobilizado	72.657.044	73.680.237	Partes Relacionadas	-	711.553
Intangível	124.162	151.472	Patrimônio Líquido	21.277.631	15.178.533
			Capital	31.849.900	17.228.700
			Resultados Acumulados	(10.214.168)	(3.069.886)
			Ajustes de Conversão	(358.101)	1.019.719

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	Valores em R\$	
	jul/09 a jun/10	nov/08 a jun/09
Receita Líquida	35.260.342	6.591.428
CPV	(37.663.454)	(13.000.535)
Resultado Bruto	(2.403.112)	(6.409.107)
Despesas com Vendas	(2.019.084)	(533.729)
Despesas Administrativas	(1.650.496)	(1.971.603)
Outras Despesas Operacionais	(198.762)	11.408.413
Despesas Financeiras	(4.792.771)	(3.121.285)
Receitas Financeiras	4.231.242	72.001
Prejuízo Líquido	(6.832.983)	(555.310)

Em observância a NPC nº 02/99 e Parecer de Orientação CVM nº 24/92, como a companhia controlada não esteve com sua operação normal em todo exercício, reflexo do início das operações, os custos fixos de produção estão abaixo demonstrados e divididos segundo a utilização média da capacidade instalada em cada período. Abre-se o custo de ociosidade incluído na rubrica de Custo dos Produtos Vendidos e demonstra-se o custo para uma produção normal em cada período.

CUSTOS	PERÍODO	
	Jul/09 a Jun/10	Nov/08 a Jun/09
Custo dos Produtos Vendidos – cfe. DRE	(37.663.454)	(13.000.535)
Custo da Ociosidade (Custos fixos)	(5.407.836)	(8.166.335)
Custo dos Produtos Vendidos – Operação Normal	(32.255.618)	(4.834.200)

Está assim demonstrada a participação na empresa controlada:

INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA	PETTENATI CENTROAMERICA SA de CV	
	30/jun./10	30/jun./09
Ações de Capital Subscrito	1.700.000	1.050.000
Ações de Capital Integralizado	1.700.000	787.500
Ações de Capital a Integralizar	-	262.500
Patrimônio Líquido	21.588.930	15.178.533
Percentual de participação	65,41%	51%
Nº de Ações subscritas possuídas	1.112.000	535.500
Nº de Ações integralizadas	1.112.000	401.625
Saldo Inicial	7.741.052	3.822.970
Integralização de capital	11.853.190	2.480.130
Resultado da Variação Cambial	(561.098)	1.955.350
Resultado Equival.Patrimonial Operações	(4.469.454)	(283.208)
Outras Variações	(645.992)	(234.190)
Saldo Final	13.917.698	7.741.052

Foi realizada em Ago/2009 a integralização do aumento de capital no valor de R\$ 2,9 milhões (US\$ 1,53 milhões) na controlada Pettenati Centro América S/A de C.V. correspondentes aos 50% restantes aprovados em agosto de 2008. Visando o fortalecimento financeiro e a solidificação da controlada no mercado, em Mar./2010 foi aprovado um aumento de capital no montante de US\$ 5,0 milhões já totalmente integralizados. Tal aumento deu-se através da emissão de novas ações, as quais foram totalmente adquiridas pela controladora, sendo assim, ocorreu um aumento de participação. Desta forma a participação na controlada que anteriormente era de 51%, passou a ser de 65,41%.

11. REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

O efeito no resultado do exercício, oriundo da depreciação e baixas dos bens reavaliados, está demonstrado como segue:

DESCRIÇÃO	30/jun./10	30/jun./09
Reavaliação efetuada em 27/jun./84	126.135	126.135
Reavaliação efetuada em 12/dez./89	930.656	930.656
TOTAL DA DEPRECIÇÃO	1.056.791	1.056.791

O montante de R\$ 126.135 não foi realizado para resultados acumulados, visto a correspondente reserva de reavaliação ter sido utilizada para aumento de capital. O valor realizado no exercício, no montante de R\$ 930.656, foi revertido para resultados acumulados.

Conforme faculta a instrução CVM 197, de 19 de Janeiro de 1993, a companhia divulga os impostos e contribuições sobre a reserva de reavaliação somente em nota explicativa, como segue:

	30/jun./10		30/jun./09	
	REAVALIAÇÃO EFETUADA EM 27/JUN./84 (CAPITALIZADA)	REAVALIAÇÃO EFETUADA EM 12/DEZ./89	REAVALIAÇÃO EFETUADA EM 27/JUN./84 (CAPITALIZADA)	REAVALIAÇÃO EFETUADA EM 12/DEZ./89
Reavaliação total	376.348	6.859.623	502.483	7.790.279
(-) Provisão para a contribuição social	33.871	617.366	45.223	701.125
(-) Provisão para o imposto de renda	<u>70.087</u>	<u>1.690.906</u>	<u>101.621</u>	<u>1.923.570</u>
Reavaliação líquida	<u>272.390</u>	<u>4.551.351</u>	<u>355.639</u>	<u>5.165.584</u>

12. PARTES RELACIONADAS

a. Saldos e operações entre partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2010 e 2009, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de venda de produtos, equipamentos industriais a prazo e reembolso de despesas de viagens, sem incidência de juros entre a Companhia e sua controlada em condições usuais de mercado.

A empresa mantém contrato de aluguel de imóvel com partes ligadas. O valor de tal aluguel encontra-se a preço de mercado e o montante incluído no resultado do exercício é de R\$ 31,2 mil.

b. Garantias

Em 30 de junho de 2010 e 2009, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais prestados a empresa controlada:

OPERAÇÃO	TIPO DE GARANTIA	30/jun./10	30/jun./09
Empréstimos bancários para capital de giro	Avais	46.416.743	44.852.969
Financiamentos bancários de máquinas	Avais	3.974.584	6.639.762
Financiamentos diretos com fornecedores	Avais	13.644.910	10.877.138
Total		64.036.237	62.369.869

c. Contrato de Mútuo

O contrato de mútuo realizado com a parte relacionada Gladium Administração e Participações Ltda., tem cláusula de juros correspondente a 106% da taxa Selic, incidentes sobre o saldo devedor e resgate previsto para ocorrer até o final do exercício 2014/2015.

13. NÃO CIRCULANTE

a. Investimentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/jun./10	30/jun./09	30/jun./10	30/jun./09
Participações em Controladas	13.917.698	7.741.052	-	-
Participações p/ Inc. Fiscais	194.790	194.790	194.790	194.790
Outros Investimentos	103.701	103.701	770.228	103.701
Ajuste ao Valor Realizável	(204.789)	(203.630)	(204.789)	(203.630)
Total	14.011.400	7.835.913	760.229	94.861

b. Imobilizado e Intangível – Composição dos Saldos

CONTAS	Taxa de Depreciação	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		Custo	Deprec. Acumulada	Líquido 30/jun./2010	Líquido 30/jun./2009	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido 30/jun./2010	Líquido 30/jun./2009
Imóveis	4%	40.964.430	(27.943.415)	13.021.015	14.479.061	70.654.224	(29.702.925)	40.951.299	45.880.667
Máquinas Equip. Industriais	10%	143.285.782	(109.329.958)	33.955.824	30.745.800	184.672.223	(115.036.342)	69.635.881	63.122.344
Móveis e Utensílios	10%	5.419.063	(3.291.857)	2.127.206	1.754.865	9.003.924	(3.741.946)	5.261.978	4.437.302
Computadores e Periféricos	20%	3.846.059	(3.111.923)	734.136	660.378	4.341.679	(3.265.883)	1.075.796	1.102.167
Veículos	20%	1.023.445	(655.838)	367.607	226.966	1.126.867	(684.997)	441.870	316.772
Instalações	10%	20.877.358	(17.213.493)	3.663.865	3.043.459	26.138.106	(18.048.359)	8.089.747	8.151.363
Imobilizado em Andamento	0%	4.122.255	-	4.122.255	-	4.122.255	-	4.122.255	-
Imobilizado		219.538.392	(161.546.484)	57.991.908	50.910.529	300.059.278	(170.480.452)	129.578.826	123.010.615
Marcas e Patentes	10%	97.331	(2.612)	94.719	94.132	97.331	(2.612)	94.719	94.132
Softwares	20%	4.072.919	(3.684.995)	387.924	334.377	4.250.556	(3.738.470)	512.086	485.849
Intangível		4.170.250	(3.687.607)	482.643	428.509	4.347.887	(3.741.082)	606.805	579.981

c. Imobilizado e Intangível – Movimentação

CONTAS	CONTROLADORA						CONSOLIDADO						
	Líquido 30/JUN./2008	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	Líquido 30/JUN./2009	Líquido 30/JUN./2008	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	Efeito Cambial	Líquido 30/JUN./2009
Imóveis	15.978.338	-	-	(1.499.277)	-	14.479.061	36.409.984	7.593.558	-	(2.367.811)	-	4.244.936	45.880.667
Máquinas Equip. Industriais	31.710.921	8.623.235	(834.042)	(8.736.131)	(18.183)	30.745.800	37.302.177	38.222.340	(834.042)	(11.480.428)	(18.183)	(69.520)	63.122.344
Móveis e Utensílios	1.680.279	344.773	(91)	(284.812)	14.716	1.754.865	1.734.733	3.336.514	(91)	(499.899)	14.716	(148.671)	4.437.302
Computadores e Periféricos	694.775	201.974	(3.331)	(233.040)	-	660.378	694.775	742.958	(3.331)	(327.546)	-	(4.689)	1.102.167
Veículos	316.608	4.349	-	(93.966)	(25)	226.966	380.943	28.707	-	(109.775)	(25)	16.922	316.772
Instalações	3.306.694	295.739	-	(751.325)	192.351	3.043.459	3.306.694	6.121.969	-	(1.151.505)	192.351	(318.146)	8.151.363
Imobilizado	53.687.615	9.470.070	(837.464)	(11.598.551)	188.859	50.910.529	79.829.306	56.046.046	(837.464)	(15.936.964)	188.859	3.720.832	123.010.615
Marcas e Patentes	75.603	19.028	-	(499)	-	94.132	75.603	19.028	-	(499)	-	-	94.132
Benf. Imóveis de Terceiros	188.859	-	-	-	(188.859)	-	188.859	-	-	-	(188.859)	-	-
Softwares	367.990	141.131	-	(174.744)	-	334.377	372.882	319.548	-	(199.443)	-	(7.138)	485.849
Intangível	632.452	160.159	-	(175.243)	(188.859)	428.509	637.344	338.576	-	(199.942)	(188.859)	(7.138)	579.981

CONTAS	CONTROLADORA					CONSOLIDADO						
	Líquido 30/jun./2009	Aquisições	Baixas	Depreciação	Líquido 30/jun./2010	Líquido 30/jun./2009	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transfer.	Efeito Cambial	Líquido 30/jun./2010
Imóveis	14.479.061	-	-	(1.458.045)	13.021.016	45.880.667	-	-	(2.513.099)	-	(2.416.268)	40.951.300
Máquinas Equip. Industriais	30.745.800	10.287.775	(856.156)	(6.221.593)	33.955.826	63.122.344	19.874.078	(1.146.096)	(9.680.113)	114.898	(2.649.227)	69.635.883
Móveis e Utensílios	1.754.865	691.922	(124)	(319.458)	2.127.205	4.437.302	1.761.406	(124)	(614.786)	(114.898)	(206.924)	5.261.976
Computadores e Periféricos	660.378	335.544	(4.943)	(256.843)	734.136	1.102.167	363.207	(4.943)	(351.745)	-	(32.891)	1.075.796
Veículos	226.966	284.558	(35.717)	(108.201)	367.606	316.772	300.390	(51.549)	(128.577)	-	4.833	441.869
Instalações	3.043.459	1.298.427	-	(678.021)	3.663.865	8.151.363	1.519.532	-	(1.187.864)	-	(393.284)	8.089.747
Imobilizado em Andamento	-	4.122.255	-	-	4.122.255	-	4.122.255	-	-	-	-	4.122.255
Imobilizado	50.910.529	17.020.481	(896.940)	(9.042.161)	57.991.909	123.010.615	27.940.868	(1.202.712)	(14.476.184)	-	(5.693.761)	129.578.826
Marcas e Patentes	94.132	2.700	-	(2.113)	94.719	94.132	2.700	-	(2.113)	-	-	94.719
Softwares	334.377	211.658	-	(158.111)	387.924	485.849	229.418	-	(192.489)	-	(10.692)	512.086
Intangível	428.509	214.358	-	(160.224)	482.643	579.981	232.118	-	(196.602)	-	(10.692)	606.805

14. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	Garantia	Vcto. Final	Encargos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				30/JUN./10	30/JUN./09	30/JUN./10	30/JUN./09
Capital de Giro	Aval	Dez/2009	TJLP + 5,3% a.a. TJLP + 5,55% a.a.	-	2.024.342	-	2.024.342
	Aval	Abr/2012	100% CDI	7.086.401	-	7.086.401	-
	Aval	Jan/2011	100% CDI + 1,6% a.a.	2.647.603	4.790.110	2.647.603	4.790.110
	Aval	Dez/2012	3,21% a.a. a 6,87% a.a. (em moeda estrangeira)	-	-	29.946.291	25.336.969
	Aval+Hipoteca	Dez/2016	6,27% a.a. a 6,50% a.a.	-	-	16.753.605	19.516.000
Financ. Máquinas	Alienação Fiduciária + Aval	Set/2009	11,5% a.a.	-	53.208	-	53.208
		Dez/2012	8,05% a.a. a 10% a.a.	2.925.218	4.261.178	2.925.218	4.261.178
		Jul/2013	1,889% a.a. (em moeda estrangeira)	-	-	3.974.817	6.639.762
Finame Veículos	Aval	Dez/2014	7% a.a.	76.004	-	76.004	-
Total				12.735.226	11.128.838	63.409.939	62.621.569
Circulante				5.301.116	5.818.848	25.332.276	13.014.699
Não-Circulante				7.434.110	5.309.990	38.077.663	49.606.870

Os empréstimos constantes do consolidado (em moeda estrangeira) são oriundos da controlada Pettenati Centro América SA de CV e serão liquidados, quando de seus vencimentos, pela mesma, em dólares norte americanos ou euros. Tais empréstimos na data no balanço correspondem a US\$ 26,0 milhões (US\$ 23,0 milhões em 30/06/2009) em capital de giro e EUR 1,8 milhões (EUR 2,4 milhões em 30/06/2009) no financiamento de máquinas.

15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

- FORNECEDORES:** referem-se a compra de máquinas, com vencimento até Nov/2014 na controladora e Dez/2014 na controlada.
- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:** referem-se ações judiciais impetradas pela empresa as quais apresentam correspondente depósito judicial registrado no Ativo.
- TAXAS DE CONVERSÃO UTILIZADA:** US\$ 1,00 / R\$ 1,8015 (US\$ 1,00 / R\$ 1,9516 - 30/06/09)
EUR 1,00 / R\$ 2,2043 (EUR 1,00/R\$ 2,73985 - 30/06/09)

16. CONTINGÊNCIAS

A controladora é parte envolvida em processos judiciais nas áreas trabalhistas, tributários e outros que estão em andamento. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais. As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 30 de junho de 2010 e 30 de junho de 2009 estão apresentadas a seguir, sendo que as contingências consideradas como perdas prováveis estão provisionadas. Visando facilitar a comparabilidade, os valores referentes ao exercício anterior, foram reclassificados no Balanço Patrimonial.

Contingências Passivas (controladora)

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, de perda provável, que montam R\$ 1.360 mil - longo prazo R\$ 1.266 mil e cto. prazo R\$ 94 mil - (R\$ 1.271 mil em 30/jun./2009 - longo prazo R\$ 1.130 mil e cto. prazo R\$ 141 mil), dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho, por doenças ocupacionais, pedidos de equiparação salarial e pedidos de vínculo empregatício de prestadores de serviços.

Contingências Ativas (controladora)

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza previdenciárias de possível realização no valor de R\$ 238 mil e referem-se ao questionamento do pagamento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e a majoração da alíquota dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT). Ambos processos estão sendo depositados judicialmente.

As demandas cíveis referem-se a impugnação dos valores de execução de sentença por parte da Eletrobrás e montam na data do balanço, aproximadamente, R\$ 750 mil.

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre os seus ativos e/ou responsabilidades.

Os principais seguros mantidos pela empresa são:

MODALIDADE	ITENS COBERTOS	IMPORTÂNCIA SEGURADA			
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/jun./10	30/jun./09	30/jun./10	30/jun./09
Incêndio/ Riscos Diversos	Conjunto Operacional	242.280	313.030	319.353	387.523
Responsabilidade Civil	Veículos	9.750	10.500	9.750	10.500

em R\$ mil

18. CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é composto de 12.011.622 ações, sendo 4.004.231 ações ordinárias e 8.007.391 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes.

19. DIVIDENDOS

Conforme proposta da administração foram provisionados dividendos, no passivo circulante, no montante de R\$ 5.168.475 correspondentes a R\$ 0,43028951 por ação preferencial e ordinária. O cálculo dos dividendos foi efetuado da seguinte forma:

		<u>30/jun./10</u>	<u>30/jun./09</u>
Lucro Líquido do Exercício	R\$	5.502.967	8.833.612
Compensação de Prejuízos (decorrentes dos ajustes da Lei 11.638/2007)	R\$	-	(1.441.228)
Base de Cálculo	R\$	5.502.967	7.392.384
(-) Reserva Legal Constituída	R\$	(275.148)	(369.619)
Base Cálculo dos Dividendos	R\$	5.227.819	7.022.765
Dividendos Mínimos (25%)	R\$	1.306.955	1.755.691
Dividendos a Pagar	R\$	5.168.475	4.980.000
(R\$ 0,43028951 por ação preferencial e ordinária em 30/jun./10)			
(R\$ 0,41459846 por ação preferencial e ordinária em 30/jun./09)			

O valor consolidado de dividendos a pagar inclui R\$ 1.357.776 (US\$ 753.652), devidos pela empresa controlada a acionistas minoritários, que serão pagos na medida em que a empresa apresentar lucratividade que possibilite a liquidação.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da companhia estão basicamente representados na contabilidade pelas contas ativas de caixa, equivalentes de caixa e clientes, pelas contas passivas de fornecedores, instituições financeiras e contratos de mútuo, as quais estão avaliadas a valores justos de realização, tendo como base metodologias de avaliação estabelecidas nos contratos específicos.

Quanto aos fatores de risco de mercado que poderiam afetar os negócios, os mesmos estão apresentados da seguinte forma:

- Aplicações financeiras: estão distribuídas no mercado bancário em instituições tradicionais solidamente estabelecidas.
- Clientes: são adotados procedimentos de seletividade e análises para limites de créditos mantendo provisão suficiente para minimizar eventuais perdas,
- Riscos com taxa de câmbio: decorrem da possibilidade da companhia vir a incorrer em perdas ou ganhos por conta das flutuações nas cotações das moedas estrangeiras. Tais valores sujeitos a este risco estão representados:
 - No Ativo, na conta de Clientes em 30/jun./2010 por R\$ 260.361 (R\$ 372.040 em 30/jun./2009), na conta de Partes Relacionadas no valor de R\$ 534.872 (R\$ 3.603.189 em 30/jun./2009) e na conta Adiantamento a Fornecedores no valor de R\$ 806.211 (R\$ 828.847 em 30/jun./2009)
 - No Passivo na conta de Fornecedores em 30/jun./2010 por R\$ 7.490.136 (30/jun./2009 por R\$ 6.936.642).
 - No consolidado, como a controlada de El Salvador é empresa que opera fora do país, os valores apresentados na Nota 14 (em moeda estrangeira) não possuem “*hedge*” cambial na controladora nem na controlada.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

OTTAVIO PETTENATI
Presidente

OTÁVIO RICARDO PETTENATI
Vice Presidente

FRANCESCHINA LIBONATI PETTENATI
Conselheira

RAUL WELSCH
Conselheiro

DIRETORIA

OTÁVIO RICARDO PETTENATI
Diretor Presidente

FERNANDA MARIA PETTENATI
Diretora de Marketing

CARLA FRANCISCA PETTENATI
Diretora Comercial

CLÁUDIO JOSÉ ROSSI
Diretor Administrativo/Financeiro
e de Relações com Investidores

CONTADOR

ROBERTO FERNANDO VIAL
Contador – CRC/RS 58.779

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Canoas, 20 de agosto de 2010.

Ilmos. srs.

DIRETORES, CONSELHEIROS E ACIONISTAS de
PETTENATI S.A. INDÚSTRIA TÊXTIL
Caxias do Sul - RS

- 1) Examinamos os balanços patrimoniais da PETTENATI S.A. INDÚSTRIA TÊXTIL, individual e consolidado, levantados em 30 de junho de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) As demonstrações contábeis da empresa controlada PETTENATI CENTRO AMÉRICA S.A. DE C.V., localizada em El Salvador, de 30 de junho de 2010, que serviram de base para o cálculo da equivalência patrimonial e do balanço consolidado, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram seu parecer sem ressalvas com data de 27 de julho de 2010.
- 4) Em nossa opinião, e com base em opinião de outros auditores independentes, conforme o descrito no parágrafo "3" anterior, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de PETTENATI S.A. INDÚSTRIA TÊXTIL, em 30 de junho de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados, referentes ao exercício findo naquela data, individual e consolidado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 5) Conforme mencionado na nota explicativa 2, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas demonstrações contábeis do período encerrado em 30 de junho de 2010 utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou os CPC com vigência para 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação 603/09, a Companhia divulgou esse fato na própria nota explicativa 2 às demonstrações contábeis e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação CVM nº 603/09.

Global in Reach, Local in Touch.

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5958
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br

- 6) As demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior, encerradas em 30 de junho de 2009, apresentadas para fins de comparabilidade foram também por nós auditadas conforme parecer datado de 01 de setembro de 2009, sem ressalva.



NÉLSON CÂMARA DA SILVA
Contador CRC/RS/23584/T/SP/S/RS
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS

Global in Reach, Local in Touch.

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva da companhia declara, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que:

- a) Analisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas pela HLB Audilink & Cia. Auditores, no Parecer dos Auditores Independentes relativo as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 30 de junho de 2010; e
- b) Analisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Pettenati S/A, relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2010.

Caxias do Sul, 06 de Setembro de 2010.

OTÁVIO RICARDO PETTENATI
Diretor Presidente

FERNANDA MARIA PETTENATI
Diretora de Marketing

CARLA FRANCISCA PETTENATI
Diretora Comercial

CLÁUDIO JOSÉ ROSSI
Diretor Administrativo

Anexo II

Parecer do Conselho Fiscal e Declaração de Voto

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros efetivos do Conselho Fiscal de Pettenati S/A Indústria Têxtil, no exercício da competência que lhes é atribuída pelo artigo 163 da Lei 6.404/76, examinaram as demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho 2009, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido elaboradas consoante o requerido pelo artigo 176 do referido diploma legal e complementadas pelas Notas Explicativas, sob a responsabilidade de sua administração.

Com base nas análises realizadas e com base na opinião dos auditores independentes, o Conselho Fiscal é de parecer que as referidas demonstrações reúnem os requisitos para serem submetidas a aprovação dos acionistas da Pettenati S/A Indústria Têxtil em Assembléia Geral Ordinária, a ser convocada oportunamente.

Caxias do Sul, 15 de Setembro de 2010.

Theodoro Firmbach
Conselheiro Fiscal Titular

Zulmar Neves
Conselheiro Fiscal Titular

O Conselheiro Fiscal Jorge Michel Lepeltier, no exercício de seus deveres legais, declara o seguinte voto:

A Administração (Família Pettenati) constituiu uma nova Companhia Controlada em El Salvador (América Central). A estruturação financeira da empresa foi realizada com empréstimos em moeda estrangeira de médio e longo prazos. Essa Controlada não tem atingido ainda a fase de equilíbrio operacional, como pode ser verificado nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2010 – nota explicativa 10. A Administração considerou na sua avaliação desse investimento, a base de continuidade das operações, tendo em vista o suporte financeiro que presta e é oferecida a aquela Controlada. O Conselheiro Fiscal, na sua avaliação desse investimento, deverá no futuro verificar o atingimento do equilíbrio das operações, para concluir se a continuidade das operações é presentemente a melhor base para avaliação efetuada pelos Administradores.

Essa Controlada possui empréstimos em moeda estrangeira de US\$ 26 milhões, sem cobertura de hedge para fazer face às eventuais oscilações cambiais, e o Balanço Consolidado em 30/06/2010 apresenta empréstimo de curto prazo de R\$ 25,3 milhões, sendo que em sua maior parte (R\$ 20 milhões) pertence à Controlada no exterior, e as garantias integrais oferecidas pela Administração é da Pettenati Brasil.

A Controlada Pettenati Centro América S.A. de CV, representada por Giancarlo Angelucci Silva, firmou contrato de representação comercial em 04 de janeiro de 2010 com a Paseo La Reforma S.A. com sede na Republica do Panamá e representada por Roberto Batista, o contrato estipula comissão de 4% a 8% sobre o valor de venda da mercadoria (receita bruta de vendas) que este representante intermediar entre a Companhia e seus clientes no exterior. O Conselheiro Fiscal informa que somente tomou conhecimento desse contrato, através de análises realizadas a partir do recebimento balancete da Controlada em 18 de agosto de 2010, pois, verificou o lançamento a débito na conta de resultado de US\$ 371 mil (4-2-01-01-060-00 - Comisiones por Ventas), e após essa verificação, solicitou o referido contrato, sendo recebido em 08 de setembro de 2010. Adicionalmente destaca, que a totalidade das vendas foram intermediadas por este representante comercial no trimestre que compreendeu abril a junho de 2010 e totalizaram vendas de US\$ 8.987.573,74. A Administração relatou que embora o contrato tenha sido assinado em 04 de janeiro de 2010, o referido representante iniciou seus trabalhos apenas em abril de 2010, pois, alega a Administração que as vendas de janeiro a março de 2010, foram negociadas por funcionários da Companhia. O Conselheiro destaca que o gasto médio trimestral com salários dos funcionários da Companhia, gira em torno de US\$ 545 mil (média de 450 funcionários em 2010), sendo a referida comissão de US\$ 371 mil para o mesmo período, paga para apenas um representante que possui a exclusividade sobre a totalidade das vendas realizadas pela Pettenati Centro América S.A. de CV, ou seja, toda e qualquer venda que anteriormente era realizada por funcionários, passou a onerar significativamente a Companhia através da contratação do representante comercial.

Essa expertise foi uma das razões alegadas pela Administração, para propiciar a participação do sócio minoritário American Knitwear Manufacturing Corp. "AKMC", com 48% do Capital da Pettenati Centro América S.A. de CV e ainda oferecendo Dividendos cumulativos.

O Conselheiro Fiscal destaca finalmente que o Acionista Minoritário possui originalmente 48% das ações sem direito a voto (e presentemente 33,88% das ações) e dividendos cumulativos, sendo provisionados no exercício findo em 30/06/2009 R\$ 459 mil (US\$ 235 mil). Foram provisionados também R\$ 899 mil (US\$ 519 mil) referente dividendo cumulativo do semestre em 30/06/2010. Dessa forma, esse acionista minoritário com dividendos cumulativos já fez direito a R\$ 1.358 mil (US\$ 754 mil) a esse título, tendo investido R\$ 10.791 mil (US\$ 5.760 mil) não tendo a controlada sequer atingido o ponto de equilíbrio operacional. Esses dividendos cumulativos garantiu uma rentabilidade de 13,1% sobre o valor investido.

O Conselheiro Fiscal Jorge Michel Lepeltier verificou o pagamento da subscrição de capital realizada na Pettenati Centro América S.A. de CV em El Salvador, em 29 de julho de 2009, por parte dos seus acionistas, e solicitou o registro a respeito de que o numerário do aporte do Administrador e Acionista Sr Francesco Pilenga, foi remetida por razões não detalhadas pela Administração, pela empresa acionista minoritária American Knitwear Manufacturing Corp.

O Conselheiro Fiscal destaca que o Estatuto Social da Companhia não contém previsão para constituição da Reserva para Aumento de Capital, que monta em R\$ 38,1 milhões em 30/06/10, sendo esse valor retido de resultados (lucro líquido) desde o exercício findo em 30/06/1995, estando em desacordo com LSA em seus artigos 193 a 197, e observa que a LSA em seu artigo 202, parágrafo 6º:

“§ 6º Os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 deverão ser distribuídos como dividendos.”

Adicionalmente o Parecer CVM/SJU nº 005 de 17 de janeiro de 1983:

“A reserva estatutária de lucros só pode ser constituída com o atendimento das condições imposta pela lei (art.194 da lei das Sociedades Anônimas). O saldo da reserva estatutária de lucros constituída em desacordo com as prescrições legais deve ser revertido à conta de lucros acumulados e distribuído como dividendos (art.201 da citada lei)”.

E a Instrução CVM nº 323, de 19 de janeiro de 2000, em seu artigo 1º - item XV:

“a aprovação do, por parte do Acionista Controlador, da constituição de reserva de lucros que não atenda aos pressupostos para essa constituição, assim como a retenção de lucros sem que haja um orçamento que, circunstanciadamente, justifique essa retenção”.

A Administração realizou investimentos em imobilizado técnico no valor de R\$ 12,1 milhões na Controladora e Controladas, esse montante não teve na AGO de 29/10/2009 que aprovou as contas do exercício findo em 30/06/2009, a retenção dos lucros conforme determina o artigo 196 da LSA. A Administração no exercício findo em 30/06/10 também não informou sua previsão para as aquisições de imobilizado técnico a partir de 01/07/2010, e também não efetuou a retenção de lucro (não há neste exercício, saldo para efetuar a retenção).

A Reserva para Aumento de Capital, com saldo no valor de R\$ 38,1 milhões tem sido constituída desde o ano de 1993. Essa constituição ocorre por deliberação assemblear – AGO em detrimento a constituição de reserva para retenção de lucros.

Historicamente esta reserva absorveu prejuízos e foi utilizada para pagamento de dividendos, especificamente no exercício findo em 30/06/2004.

O saldo da Reserva para Aumento de Capital em 30/06/2010 de R\$ 38,1 milhões possui R\$ 15,8 milhões, que **há mais de cinco exercícios** ali permanecem sem destinação.

Tivesse a Administração e o Acionista Controlador deliberado em AGOs pela retenção de lucros, o montante de R\$ 15,8 milhões deveriam ser transferidos para lucros acumulados e oferecidos aos Acionistas como dividendo e ou aumento efetivo de Capital Social, assim como o saldo de reservas no valor de R\$ 38,1 milhões.

Considerando o assunto acima e as informações prestadas pelos Administradores, o parecer dos Auditores Independentes HLB Audilink & Cia Auditores, datado de 20 de agosto de 2010, o Conselheiro Fiscal – Jorge Lepeltier solicita a Administração que encaminhe a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a questão que trata da destinação de lucros e retenção de resultados, que lhe parece não adequada a LSA, para que antes da Assembléia Geral Ordinária - AGO de Acionistas lhes sejam esclarecidas pelo órgão regulador e fiscalizador – CVM, o assunto relacionado com a destinação de resultados, e dessa forma os acionistas possam se reunir em AGO afim de deliberar sobre a questão “destinação do resultado do exercício”, com a devida orientação do órgão regulador.

Em vista do relevo das matérias detalhadas anteriormente, não opina sobre a adequacidade das Demonstrações Financeiras tomadas em seu conjunto. Solicita ainda que a Administração, considerando o saldo da reserva de R\$ 38,1 milhões vis a vis ao Capital Social de R\$ 44 milhões, a possibilidade de incorporação no Capital da mesma, com a distribuição de novas ações, afim de possibilitar melhor liquidez e presença das ações da Companhia no pregão diário da Bovespa, com os benefícios decorrentes, favoráveis a todos os Acionistas.

Caxias do Sul, 15 de setembro de 2010.

Jorge Michel Lepeltier
Conselheiro Fiscal Titular

Anexo III

Ata de Reunião do Conselho de Administração

As 15hs30min do dia 23 de setembro de 2010, na sede social da empresa, sita a Rodovia Estadual RSC 453 - km 2,4 em Caxias do Sul - RS, reuniram-se os membros do Conselho de Administração abaixo assinados, registrando a presença dos conselheiros fiscais Massao Fabio Oya e Zulmar Neves, com a seguinte pauta:

1. Apreciar o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2010;
2. Apreciar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
3. Convocação da AGO/E e proposição da pauta para a mesma;
4. Propor à AGO/E a fixação da remuneração global dos administradores para o próximo exercício;
5. Analisar a possibilidade de capitalização na subsidiária de El Salvador;
6. Estatuto Social (Reserva de Lucros - Adequação);
7. Estatuto Social (Diretoria – criação de cargo e adequação de poderes);
8. Assuntos gerais.

Iniciada a reunião o Conselheiro Fiscal Suplente Sr. Massao Fabio Oya, realizou a leitura aos Conselheiros da declaração de voto do Conselheiro Fiscal Titular – Jorge Lepeltier (impossibilitado de comparecer a este conclave), referente a apreciação das contas do exercício findo em 30/06/2010, protocolada na sede da empresa em 15/09/2010 e que é parte integrante da ata de reunião do Conselho Fiscal realizada na referida data, e já encaminhada a CVM.

O Conselheiro de Administração Raul Welsch apresentou declaração de voto em separado, protocolizado junto ao Presidente do Conselho de Administração, em vista do relevo dos assuntos ali tratados; após discutirem e analisarem os assuntos da pauta em todos seus aspectos foi deliberado, com abstenção do Conselheiro Raul Welsch quanto aos itens 3 e 4 e declaração de voto em contrário separado em relação aos itens 1 e 2, retificando ainda o voto e concordando com os demais conselheiros na aprovação dos itens 5 e 7 da pauta. Também apresentou declaração de voto em separado o Conselheiro Otávio Ricardo Pettenati que aprovou os item da pauta, sendo a referida declaração de voto arquivada na companhia.

Foi deliberado:

- (f) Aprovar o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2010;
- (g) Aprovar destinação dos lucros acumulados e lucro líquido do exercício como segue:
 - i. A Parcela de R\$ 275.148,29 para a constituição da Reserva Legal;
 - ii. A parcela de R\$ 5.168.472,64 para o pagamento de dividendos as ações preferenciais e ordinárias à razão de R\$ 0,43028931 por ação;
 - iii. A parcela de R\$ 990.000,00 para aumento do capital social, sem a subscrição de novas ações;
- 2.1 Aprovar a adequação do art. 5º do Estatuto Social, como consequência do aumento de capital, que passará a ter a seguinte redação: *“Art. 5º - O capital social é de R\$ 43.990.000,00 (Quarenta e três milhões, novecentos e noventa mil reais) divididos em 12.011.622 (doze milhões, onze mil e seiscentas e vinte e duas) ações nominativas sem valor nominal, sendo 4.004.231 (quatro milhões, quatro mil e duzentas e trinta e uma) ações ordinárias e 8.007.391 (oito milhões, sete mil e trezentas e noventa e uma) ações preferenciais.”*
- (h) Convocar para as 17hs30min (dezessete horas e trinta minutos) do dia 29 de outubro de 2010 a realização da ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, propondo a seguinte pauta:
 - a. Apreciação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, ora aprovadas, relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2010;
 - b. Apreciação da destinação dos lucros acumulados e lucro líquido do exercício como segue:
 - i. A Parcela de R\$ 275.148,29 para a constituição da Reserva Legal;
 - ii. A parcela de R\$ 5.168.472,64 para o pagamento de dividendos as ações preferenciais e ordinárias à razão de R\$ 0,43028931 por ação;

- iii. A parcela de R\$ 990.000,00 para aumento do capital social, sem a subscrição de novas ações;
- c. Adequação, como consequência do aumento de capital, do caput do artigo 5º do Estatuto Social que passará a ter a seguinte redação: “Art. 5º - O capital social é de R\$ 43.990.000,00 (Quarenta e três milhões, novecentos e noventa mil reais) divididos em 12.011.622 (doze milhões, onze mil e seiscentas e vinte e duas) ações nominativas sem valor nominal, sendo 4.004.231 (quatro milhões, quatro mil, duzentas e trinta e uma) ações ordinárias e 8.007.391 (oito milhões, sete mil e trezentas e noventa e uma) ações preferenciais.”;
- d. Deliberar sobre a proposta de fixação da remuneração mensal global dos Administradores para o próximo ano de mandato;
- e. Deliberar sobre a criação de um novo cargo de diretor, o Diretor de Planejamento Logística e TI e designação de poderes, com a consequente alteração dos artigos 18, 21, 22, 25 e 26 que passarão a ter a seguinte redação:

Art. 18º - A diretoria será composta por até 9 (nove) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, acionistas ou não, designados de Diretor Presidente, Diretor Comercial, Diretor de Marketing, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Diretor de Exportação, Diretor de Planejamento Logística e TI e Diretor, todos residentes no país.

Art. 21º - Caberá ao Diretor Presidente a orientação geral dos negócios sociais; ao Diretor Comercial caberá a direção do setor comercial no mercado interno; ao Diretor de Marketing caberá a direção do setor de Marketing; ao Diretor Financeiro caberá a direção do setor financeiro; ao Diretor Administrativo caberá a direção do setor administrativo; ao Diretor Industrial caberá a direção do setor industrial; ao Diretor de Exportação caberá a direção das operações internacionais; ao Diretor de Planejamento Logística e TI caberá a direção dos setores de planejamento, logística e tecnologia da informação e ao Diretor caberão as atividades que lhes forem atribuídas em reunião de Diretoria, tudo nas condições reguladas pelos Estatutos Sociais.

Art. 22º - A sociedade será representada, ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente:

- (a) *pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou;*
- (b) *por dois Diretores, sendo um deles necessariamente, o Diretor Financeiro, ou o Diretor Administrativo, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de Planejamento Logística e TI, ou ainda;*
- (c) *por um dos Diretores Financeiro, Administrativo, Comercial, Industrial ou de Planejamento Logística e TI, em conjunto com um procurador.*

Art. 25º - Para alienar bens imóveis é necessária e suficiente a assinatura isolada do Diretor Presidente. Para alienar demais bens, ceder ou conceder direitos reais em garantia, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, dar bens móveis em alienação fiduciária é necessária a assinatura:

- (a) *do Diretor Presidente, isoladamente, ou;*
- (b) *de dois Diretores, sendo um deles necessariamente, o Diretor Financeiro, ou o Diretor Administrativo, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de Planejamento Logística e TI, ou ainda;*
- (c) *de um dos Diretores Financeiro, Administrativo, Comercial, Industrial ou de Planejamento Logística e TI em conjunto com procurador.*

Art. 26º - A sociedade quando representada isoladamente pelo Diretor Presidente poderá, inclusive, participar em outras empresas.

- (i) Propor para a Assembléia que a remuneração mensal global dos administradores, para o próximo ano de mandato, seja fixada nos seguintes patamares:
- a. Conselho de Administração – até R\$ 130.000,00 mais correção mensal pelo IGPM.
- b. Diretoria – até R\$ 250.000,00 mais correção mensal pelo IGPM.
- (j) Autorizar a Diretoria Executiva da companhia a realizar investimentos em aumento de capital, na subsidiária Pettenati Centro América S/A de C.V. no montante de até US\$ 5.000.000 (Cinco milhões de dólares norte americanos) dentro das possibilidades financeiras da companhia.

- (k) Aprovado, por unanimidade não deliberar sobre o item 6 da pauta, acima referida.
- (l) Aprovar a criação de um novo cargo de diretor, o Diretor de Planejamento Logística e TI e designação de poderes, com a consequente alteração dos artigos 18, 21, 22, 25 e 26 que passarão a ter a seguinte redação:

Art. 18º - A diretoria será composta por até 9 (nove) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, acionistas ou não, designados de Diretor Presidente, Diretor Comercial, Diretor de Marketing, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Diretor de Exportação, Diretor de Planejamento Logística e TI e Diretor, todos residentes no país.

Art. 21º - Caberá ao Diretor Presidente a orientação geral dos negócios sociais; ao Diretor Comercial caberá a direção do setor comercial no mercado interno; ao Diretor de Marketing caberá a direção do setor de Marketing; ao Diretor Financeiro caberá a direção do setor financeiro; ao Diretor Administrativo caberá a direção do setor administrativo; ao Diretor Industrial caberá a direção do setor industrial; ao Diretor de Exportação caberá a direção das operações internacionais; ao Diretor de Planejamento Logística e TI caberá a direção dos setores de planejamento, logística e tecnologia da informação e ao Diretor caberão as atividades que lhes forem atribuídas em reunião de Diretoria, tudo nas condições reguladas pelos Estatutos Sociais.

Art. 22º - A sociedade será representada, ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente:

- (a) pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou;*
- (b) por dois Diretores, sendo um deles necessariamente, o Diretor Financeiro, ou o Diretor Administrativo, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de Planejamento Logística e TI, ou ainda;*
- (c) Por um dos Diretores Financeiro, Administrativo, Comercial, Industrial ou de Planejamento Logística e TI, em conjunto com um procurador.*

Art. 25º - Para alienar bens imóveis é necessária e suficiente a assinatura isolada do Diretor Presidente. Para alienar demais bens, ceder ou conceder direitos reais em garantia, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, dar bens móveis em alienação fiduciária é necessária a assinatura:

- (a) do Diretor Presidente, isoladamente, ou;*
- (b) de dois Diretores, sendo um deles necessariamente, o Diretor Financeiro, ou o Diretor Administrativo, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de Planejamento Logística e TI, ou ainda;*
- (c) de um dos Diretores Financeiro, Administrativo, Comercial, Industrial ou de Planejamento Logística e TI em conjunto com procurador.*

Art. 26º - A sociedade quando representada isoladamente pelo Diretor Presidente poderá, inclusive, participar em outras empresas.

- (m) Não foram tratados assuntos gerais.

Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos da reunião, lavrando-se a presente ata que vai assinada por todos os presentes. Na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, declaro que esta ata é cópia fiel da lavrada no livro próprio e autênticas as assinaturas.

Caxias do Sul (RS), 23 de setembro de 2010.

OTTAVIO PETTENATI
Presidente do Conselho

OTÁVIO RICARDO PETTENATI
Vice Presidente do Conselho

RAUL WELSCH
Conselheiro

Anexo IV

Comentários dos Administradores relativos à situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme dispõe a Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009.

10.1. Comentário dos administradores

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Exercício 2009/2010

Ficou marcado pelo início de recuperação da crise financeira internacional, pela acirrada concorrência interna e externa, pela continuada importação de produtos têxteis asiáticos e pela contínua valorização do Real.

No mercado interno, a retomada da economia do setor têxtil não se apresentou tão acentuada como em outros setores. O desaquecimento verificado no período de crise não foi totalmente recuperado durante o exercício. Outros fatores que também contribuíram para esta situação “morna” de mercado foram a importação de artigos asiáticos a preços bem abaixo dos praticados internamente e a acirrada concorrência entre as tecelagens nacionais.

No cenário externo os mercados internacionais, que foram duramente afetados pelos problemas financeiros, já demonstraram alguma recuperação, mas o nível de procura também encontra-se abaixo do esperado para uma condição normal de negócios. Fator que continua a ser observado no que diz respeito aos produtos têxteis nacionais é a não concessão automática de licenças de importação por parte do governo Argentino, que restringe de forma contundente as operações comerciais com nosso melhor parceiro comercial da região.

Mercado e Vendas

Mercado Externo: a recuperação da crise financeira internacional, a continuidade na não concessão automática de licenças de importação por parte do governo Argentino e a valorização do Real foram determinantes para que as exportações de tecidos da companhia registrassem o valor de R\$ 5,6 milhões apresentando um decréscimo de 56% ante o exercício anterior.

Mercado Interno: alta qualidade e diversidade de produtos e agilidade nos serviços continuaram sendo fatores primordiais para a manutenção da companhia em lugar de destaque. Estes diferenciais foram a resposta para enfrentar os problemas ocorridos com a demanda e com a concorrência. As vendas da companhia registraram o valor de R\$ 322,0 milhões com redução de 1,9% ante os R\$ 328,3 milhões do exercício anterior.

Já na operação da controlada Pettenati Centro América S/A de CV, este foi o primeiro exercício completo de operação. O período ficou caracterizado pela dificuldade de inserção dos produtos no mercado internacional, ocasionada pelo desaquecimento das economias mundiais, principalmente a americana. Gradativamente a empresa vem conseguindo abrir novos mercados para suprir os problemas ocasionados pelo arrefecimento da demanda em função da crise. Ao final do exercício o resultado de tal tarefa já se mostra promissor, as vendas consolidadas da companhia atingiram o montante de R\$ 363,4 milhões contra os R\$ 347,7 verificados no exercício anterior, o volume de tecidos comercializados ficou na ordem de 11,0 milhões de kgs (10,2 milhões no exercício anterior).

Resultados

O resultado positivo apresentado de 2,2% da receita líquida (3,3% positivos no exercício anterior) foi reflexo das dificuldades verificadas principalmente na demanda, tendo em vista a concorrência interna verificada.

Um fator que deve ser levado em consideração, quando da análise do resultado líquido, é o reflexo na equivalência patrimonial da Receita não Recorrente obtida pela controlada no exercício anterior referente ao recebimento de incentivo do governo salvadoreño para instalação da empresa naquele país. O reflexo na equivalência patrimonial, que foi registrado no exercício anterior, decorrente de tal receita não recorrente foi de R\$ 6,5 milhões, ou seja, 51% do valor total registrado no resultado da controlada de R\$ 12,7 milhões.

As margens brutas variaram de acordo com as possibilidades do mercado. A redução verificada no exercício foi de 1,0 ponto percentual registrando uma margem bruta total de 16,9% sobre a Receita Líquida.

A margem operacional antes do resultado financeiro apresentou-se no patamar de 4,3% da receita líquida (5,4% no exercício anterior).

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) Hipótese de resgate

Não se aplica.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Pettenati apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A manutenção da saúde econômico/financeira é consequência da estratégia de gestão que maximiza o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos. Na análise consolidada, deve-se levar em consideração que a controlada de El Salvador está apenas no segundo ano de operação e como tal boa parte do endividamento consolidado registrado é em virtude do investimento inicial e, ainda, do não atingimento do nível ideal de produção e

venda. Salienta-se que a administração não está tendo dificuldades em obter renovações dos empréstimos contraídos, como também não tem dificuldades em conseguir novos empréstimos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A Companhia utiliza recursos próprios e linhas de crédito de curto e longo prazos junto a instituições financeiras. Para os ativos não-circulantes, utiliza-se o financiamento direto com fornecedores internacionais, além de recursos próprios e linhas de créditos junto a instituições financeiras como o BNDES (Finame).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Linhas de crédito de curto e longo prazos junto a instituições financeiras comerciais e BNDES.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Modalidade	Garantia	Vcto. Final	Encargos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				30/JUN./10	30/JUN./09	30/JUN./10	30/JUN./09
Capital de Giro	Aval	Dez/2009	TJLP + 5,3% a.a. TJLP + 5,55% a.a.	-	2.024.342	-	2.024.342
	Aval	Abr/2012	100% CDI	7.086.401	-	7.086.401	-
	Aval	Jan/2011	100% CDI + 1,6% a.a.	2.647.603	4.790.110	2.647.603	4.790.110
	Aval	Dez/2012	3,21% a.a. a 6,87% a.a. (em moeda estrangeira)	-	-	29.946.291	25.336.969
	Aval+Hipoteca	Dez/2016	6,27% a.a. a 6,50% a.a.	-	-	16.753.605	19.516.000
Financ. Máquinas	Alienação Fiduciária + Aval	Set/2009	11,5% a.a.	-	53.208	-	53.208
		Dez/2012	8,05% a.a. a 10% a.a.	2.925.218	4.261.178	2.925.218	4.261.178
		Jul/2013	1,889% a.a. (em moeda estrangeira)	-	-	3.974.817	6.639.762
Finame Veículos	Aval	Dez/2014	7% a.a.	76.004	-	76.004	-
Total				12.735.226	11.128.838	63.409.939	62.621.569
Circulante (Curto Prazo)				5.301.116	5.818.848	25.332.276	13.014.699
Não-Circulante (Longo Prazo)				7.434.110	5.309.990	38.077.663	49.606.870

Os empréstimos constantes do consolidado (em moeda estrangeira) são oriundos da controlada Pettenati Centro América SA de CV e serão liquidados, quando de seus vencimentos, pela mesma, em dólares norte americanos ou euros. Tais empréstimos na data no balanço correspondem a US\$ 26,0 milhões (US\$ 23,0 milhões em 30/06/2009) em capital de giro e EUR 1,8 milhões (EUR 2,4 milhões em 30/06/2009) no financiamento de máquinas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.2. Comentários dos Administradores

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Posicionamento Financeiro

Controladora

em R\$ mil

Indicadores	Jun/10	Jun/09
Superávit financeiro líquido	1.630	13.724
Endividamento financeiro total	12.735	11.129
Endividamento financeiro / Patrimônio Líquido	0,13	0,11
Patrimônio Líquido	100.529	100.756
Valor Patrimonial por ação	8,37	8,39

Indicadores	Jul/09 a Jun/10	Jul/08 a Jun/09
Operacionais		
Receita Líquida	290.251	273.835
Receitas no Brasil	255.432	267.338
Receitas no exterior	34.819	6.497
Lucro Bruto	41.439	41.273
EBITDA ¹	19.941	32.540
Lucro Líquido	6.182	8.423
Lucro por ação	0,51	0,70
Investimentos no Imobilizado/Investimentos ²	28.893	56.385
Patrimônio Líquido	99.869	99.333
Financeiros		
Endividamento financeiro líquido	45.209	31.436
Endividamento financeiro total	63.410	62.622
Endividamento financeiro / Patrimônio Líquido	0,63	0,63
Margens		
Margem Bruta	14,3%	15,1%
Margem EBITDA	6,9%	11,9%
Margem Líquida	2,1%	3,1%

Notas:

1 - No EBITDA consolidado do exercício anterior (2008/2009) estão incluídas receitas não recorrentes no montante de R\$ 12,7 milhões recebidas do governo salvadorenho referentes a incentivos governamentais.

2 - Os investimentos do exercício anterior contemplam a construção e aquisição de maquinário para a empresa controlada de El Salvador. Tal unidade iniciou sua operação em Nov/2008.

RESULTADOS

Controladora: O resultado positivo apresentado de 2,2% da receita líquida (3,3% positivos no exercício anterior) foi reflexo das dificuldades verificadas principalmente na demanda, tendo em vista a concorrência interna verificada. Um fator que deve ser levado em consideração, quando da análise do resultado líquido, é o reflexo na equivalência patrimonial da Receita não Recorrente obtida pela controlada no exercício anterior referente ao recebimento de incentivo do governo salvadorenho para instalação da empresa naquele país. O reflexo na equivalência patrimonial, que foi registrado no exercício anterior, decorrente de tal receita não recorrente foi de R\$ 6,5 milhões, ou seja, 51% do valor total registrado no resultado da controlada de R\$ 12,7 milhões. As margens brutas variaram de acordo com as possibilidades do mercado. A redução verificada no exercício foi de 1,0 ponto percentual registrando uma margem bruta total de 16,9% sobre a Receita Líquida. A margem operacional antes do resultado financeiro apresentou-se no patamar de 4,3% da receita líquida (5,4% no exercício anterior).

Consolidado: O resultado positivo apresentado de 2,1% da receita líquida (3,1% no exercício anterior) foi reflexo principalmente do trabalho de abertura de novos mercados iniciado em função dos problemas ocasionados pela crise financeira internacional. Deve-se levar em consideração que no resultado do exercício anterior estão contabilizadas Receitas não Recorrentes recebidas pela empresa, do governo salvadorenho, no montante de R\$ 12,7 milhões referentes a incentivos governamentais. As margens brutas consolidadas variaram de acordo com as possibilidades de mercado atingindo o percentual de 14,1% sobre a Receita Líquida. A margem operacional antes do resultado financeiro apresentou-se no patamar de 1,8% da receita líquida.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10.4. Os diretores devem comentar**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis****b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para o exercício 2009/2010 não houveram mudanças que ensejassem alterações nos dados já apresentados.

Com a edição da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e da Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, foi alterado, revogado e introduzido novos dispositivos à Lei nº 6.404/76, tendo, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (*IFRS – International Financial Reporting Standards*) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes principais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) em substituição a Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), tendo sido adotado o método indireto;
- Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado;
- Apuração do ajuste a valor presente - contas a receber de clientes e fornecedores foram ajustadas a valor presente;
- Eliminação do Ativo Permanente e criação do grupo Ativo Não Circulante, subdividido em Realizável a Longo Prazo, Investimento, Imobilizado e Intangível;
- Valor recuperável dos ativos: A administração da instituição entende que, com base em avaliações externas, levantamentos e análises internas e na experiência que possui sobre seu imobilizado e outros ativos não circulantes, que os valores contábeis destes ativos não ultrapassam seu valor recuperável.
- Exclusão do Resultado não Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício;
- Investimentos no exterior - o efeito decorrente da variação cambial sobre os investimentos na controlada Pettenati Centro América S/A de C.V., passou a ser registrado na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.
- Reclassificações: gastos ativados e registrados no diferido (balanço consolidado) foram transferidos para despesas. A baixa ocorreu na data de transição de acordo com a norma contábil "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros".
- Para fins de comparabilidade entre os exercícios, foram reclassificados em 30 de junho de 2008, as Receitas Não Operacionais Líquidas para Outras Receitas Operacionais;
- Reserva de reavaliação – os saldo de reavaliação dos ativos da companhia serão mantidos até sua realização por meio de depreciação, alienação ou baixa por perda.
- Conforme permitido pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção inicial da Lei no. 11.638/07 e da MP no. 449/08, a administração da Companhia optou por reapresentar cifras comparativas ajustadas conforme a norma NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros. As mudanças de práticas contábeis descritas anteriormente afetaram o patrimônio líquido e o resultado do exercício encerrado em junho de 2008, no montante indicado a seguir:

	Controladora		
	Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício de 30/jun./2008
	30/jun./2008	30/jun./2007	
Saldo originalmente apresentado	97.049.099	89.501.683	12.047.416
Ajustes da Lei 11.638/2007			
Ajuste a valor presente de clientes	(561.026)	(401.901)	(159.125)
Ajuste a valor presente de fornecedores	294.046	296.124	(2.078)
Ajuste a vlr. presente de fornecedores – reflexo nos estoques	(787.178)	-	(787.178)
Ajuste na equivalência patrimonial referente reclassificação do ativo diferido	(1.048.244)	-	(1.048.244)
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	661.174
Saldo Ajustado	94.946.697	89.395.906	10.711.965

	Controladora		
	Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício de 30/jun./2008
	30/jun./2008	30/jun./2007	
Saldo ajustado (controladora)	94.946.697	89.395.906	10.711.965
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controladas	(832.553)	-	(493.643)
Saldo Ajustado (consolidado)	94.114.144	89.395.906	10.218.322

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ênfase no parecer do exercício 2009/2010.

“Conforme mencionado na nota explicativa 2, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas demonstrações contábeis do período encerrado em 30 de junho de 2009 utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou os CPC com vigência para 2010. Conforme requerido pela citada

Deliberação 603/09, a Companhia divulgou esse fato na própria nota explicativa 2 às demonstrações contábeis e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação CVM nº 603/09."

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº6.404/76) e os novos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos de curto prazo de alta liquidez são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois são mantidos para negociação ativa e freqüente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

b) Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. O valor presente é calculado com base no valor cobrado de encargos financeiros de cada operação, proporcionalizado pela quantidade de dias entre o vencimento e a data do balanço.

c) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída por valor estimado, com base em análise entendida como suficiente a cobertura de possíveis perdas na realização das contas a receber.

d) Estoques

Os estoques de produtos prontos, em elaboração e as matérias-primas são avaliados, respectivamente, pelos custos médios de produção e aquisição, os quais, líquidos dos impostos recuperados, não superam o valor líquido realizável. O custo dos estoques é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal). Os estoques de produtos acabados com baixa rotatividade foram ajustados aos valores líquidos realizáveis, em função da política de preços adotada pela empresa para tais itens.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre ajustes ao valor presente de clientes e fornecedores. As alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor de custo ou líquido de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais ou variações monetárias auferidas (quando aplicável).

g) Investimentos

Os investimentos em controlada são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que é reconhecido no resultado do exercício como receita/despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento em controlada no exterior, as mesmas são registradas na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido, e somente serão registradas contra o resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para efeitos da equivalência patrimonial, ganhos, perdas ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada são eliminados após o cálculo da mesma. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, acrescido da correção monetária até 31/dez./95 e ajustados aos valores recuperáveis com base na cotação média de mercado dos ativos negociados em 30/jun./10 e 30/jun./09.

h) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. Para a subsidiária localizada no exterior, os ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço.

i) Imobilizado

Os bens integrantes do imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, sendo que os imóveis também estão acrescidos de reavaliação. As depreciações foram calculadas sobre os custos corrigidos e reavaliados, pelo método linear, à taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens, conforme especificado na nota 13.

j) Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas especificadas na nota 13. Os custos com a aquisição de marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 13.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores exigíveis ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias/cambiais incorridas até a data dos balanços. Os fornecedores são avaliados no momento inicial pelo valor presente. O valor presente é calculado com base na taxa média das aplicações financeiras verificada no período. Essa taxa em 30 de junho de 2010 correspondia a 0,72% a.m.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a companhia possui uma obrigação presente, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Benefícios a funcionários - Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

o) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

p) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real apurado no período de 01/jan. a 30/jun., mais alíquota adicional de 10% sobre a parte deste lucro que excedeu a R\$ 120.000,00 no período, incluindo os valores destinados à aplicação em incentivos fiscais. A contribuição social foi calculada a razão de 9% sobre o lucro líquido ajustado do período.

q) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda dos produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita só é reconhecida se há razoável certeza na sua realização.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os fluxos de processos e sistemas da empresa são freqüentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes, tendo pleno envolvimento das áreas. Nos testes periódicos efetuados, não foram identificadas, até o momento, deficiências que possam comprometer a segurança dos controles internos. Oportuno ressaltar os benefícios, em âmbito corporativo, advindos da crescente difusão da importância da cultura de controle, investimentos em recursos tecnológicos, incremento da qualidade dos processos operacionais e administrativos e da robustez dos controles associados.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Baseados em nosso conhecimento e nos trabalhos realizados pelo auditor independente para avaliar a estrutura de controles internos, que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações financeiras da empresa, informamos desconhecer aspectos que possam comprometer de maneira significativa a adequação das nossas demonstrações financeiras às práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A companhia investiu no exercício 2009/2010 R\$ 17,2 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos e melhoria de instalações industriais visando modernizar e diversificar seu parque fabril. Também foram investidos durante o exercício, de forma direta, no empreendimento em El Salvador a quantia de R\$ 11,9 milhões (correspondentes a U\$ 6,5 milhões) referentes a integralização de aumentos de capital na controlada. A participação na controlada que era de 51% no exercício anterior ficou em 65,41% no encerramento deste exercício após a integralização dos aumentos de capital citados.

Em nível de consolidado foram investidos no exercício 2009/2010 R\$ 28,2 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos e melhoria de instalações industriais visando aprimorar e finalizar seus parques fabris. Tais investimentos se deram principalmente na aquisição de máquinas e equipamentos com financiamento direto com fornecedores internacionais e prazos de pagamento de 2 a 5 anos.

Os investimentos realizados no exercício 2009/2010 foram:

CONTAS	Controlador	Consolidad
Máquinas Equip. Industriais	10.287.775	19.874.078
Móveis e Utensílios	691.922	1.761.406
Computadores e Periféricos	335.544	363.207
Veículos	284.558	300.390
Instalações	1.298.427	1.519.532
Imobilizado em Andamento	4.122.255	4.122.255
Imobilizado	17.020.481	27.940.868
Marcas e Patentes	2.700	2.700
Softwares	211.658	229.418
Intangível	214.358	232.118

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa, o BNDES e o financiamento diretos com fornecedores.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar.

Otávio Ricardo Pettenati
Diretor Presidente

Cláudio José Rossi
Diretor Administrativo e de RI

Anexo V

Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(CFE. ANEXO 9-1-II – INSTR. CVM 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

em R\$

Exercício	Lucro Líquido
2009/2010	5.502.967
2008/2009	8.833.612

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Conforme proposta da administração foram provisionados dividendos no montante de R\$ 5.168.475 correspondentes a R\$ 0,43028951 por ação preferencial e ordinária. O cálculo dos dividendos foi efetuado da seguinte forma:

Lucro Líquido do Exercício	R\$	<u>30/jun./10</u> 5.502.967	<u>30/jun./09</u> 8.833.612
Compensação de Prejuízos (decorrentes dos ajustes da Lei 11.638/2007)	R\$	-	(1.441.228)
Base de Cálculo	R\$	5.502.967	7.392.384
(-) Reserva Legal Constituída (5%)	R\$	(275.148)	(369.619)
Base Cálculo dos Dividendos	R\$	5.227.819	7.022.765
Dividendos Mínimos (25%)	R\$	1.306.955	1.755.691
Dividendos a Pagar	R\$	5.168.475	4.980.000
<small>(R\$ 0,43028951 por ação preferencial e ordinária em 30/jun./10)</small>			
<small>(R\$ 0,41459846 por ação preferencial e ordinária em 30/jun./09)</small>			

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Valores em R\$

	30/jun./10	30/jun./09
Lucro Líquido do Exercício	5.502.967	8.833.612
Dividendos a Pagar	5.168.475	4.980.000
% Destinado	93,9%	56,4%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.
Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Proposta 2010

Tipo de Ação	Dividendo por Ação
Ordinária	0,43028951
Preferencial	0,43028951

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
A ser definido pela AGO que os aprovar, mas no máximo até Junho/2011.
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.
Não faz parte da proposta a atualização e juros sobre os valores, mas a definição final fica para a AGO que deliberar sobre a proposta.
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.
Definição por parte da AGO.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores
Não aplicável.
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
- Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
 - Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ação	Período	Ordinárias	Preferenciais
Lucro Líquido	2009/2010 - proposta	0,458137	0,458137
	2008/2009	0,735422	0,735422
	2007/2008	1,002980	1,002980
	2006/2007	1,675754	1,675754
Dividendos	2009/2010	0,4302895	0,4302895
	2008/2009	0,4145985	0,4145984
	2007/2008	0,3746372	0,3746372
	2006/2007	0,3979914	0,3979914

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
- Identificar o montante destinado à reserva legal
 - Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	30/jun./10	30/jun./09
Lucro Líquido do Exercício	5.502.967	8.833.612
Compensação de Prejuízos (decorrentes dos ajustes da Lei 11.638/2007)	-	(1.441.228)
Base de Calculo	5.502.967	7.392.384
Reserva Legal Constituída (5%)	275.148	369.619

A destinação do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei 6404/1976 e tem por fim assegurar a integridade do capital social, somente podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. De acordo com a citada Lei e com o disposto na alínea "a" do Artigo 41 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será aplicado para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei 6404/1976, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos
- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

FIXOS: As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes (art. 5, § 1º, do Estatuto Social).

MÍNIMOS: Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei.
 - Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.
Neste exercício, bem como nos últimos 3 exercícios já encerrados, os lucros apurados são

suficientes para o pagamento integral dos dividendos fixos a que fazem jus os acionistas.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.
Os dividendos, por disposição estatutária, não são cumulativos (art. 5, § 1º, do Estatuto Social).
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Dividendos	Exercício 2009/2010
	Preferenciais Classe Única
Fixos	3.439.847
Mínimos	1.306.955

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Dividendos	Exercício 2009/2010
	Preferenciais Classe Única
Fixos	0,429584
Mínimos	0,163219

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
Sim.

- c. Informar o montante eventualmente retido
Não Aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

Anexo VI

Informações sobre a remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções. Os honorários anuais do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal são pagos em doze parcelas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta de honorários fixos e assistência médica. A remuneração fixa que têm por objetivo remunerar os administradores e fiscais pelo exercício de suas funções de acordo com as práticas de mercado e a assistência médica tem como propósito facilitar o acesso à saúde.

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração mensal fixa, correspondente a não menos do que 10% da que em média for atribuída a cada Diretor.

Cabe aos Conselheiros Fiscais, ainda, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado na Assembléia Geral Ordinária (AGO).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No exercício 2009/2010 a proporção foi a seguinte:

Rubrica	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Honorários Fixos	95,2%	96,7%	100%
Assistência Médica	4,8%	3,3%	Não se aplica

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado bem como parâmetros de inflação e, a assistência médica obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os honorários obedecem às práticas de mercado, bem como parâmetros de inflação.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os honorários fixos acompanham as práticas usuais de mercado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos definidas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica

13.2 Remuneração por Órgão

ÓRGÃO	Remuneração Jul/2009 a Jun/2010
Conselho de Administração	792.000
Diretoria	1.272.000
Conselho Fiscal	120.000

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica

- d. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica

13.5 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Pettenati S/A Indústria Têxtil – 30/06/2010

Órgão	Ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	3.907.940	523.237
Diretoria	12	-
Conselho Fiscal	1	344

13.6 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não se aplica.

13.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade

- ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
- i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica

13.8 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não se aplica

13.9 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não se aplica.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
Exercício 2009/2010

ÓRGÃO	Remuneração Exercício		
	Máxima	Média	Mínima
Conselho de Administração	600.000	198.000	96.000
Diretoria	460.000	318.000	216.000
Conselho Fiscal	40.000	40.000	40.000

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

ÓRGÃO	Jul/09 a Jun/10	Jul/08 a Jun/09	Jul/07 a Jun/08
Conselho de Administração	87,8%	87,8%	87,5%
Diretoria	83,0%	83,0%	82,0%
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não se aplica

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica

Anexo VII

Estatuto Social com descrição da atual redação e da redação proposta.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	ESTATUTO SOCIAL APÓS ALTERAÇÕES
I – Denominação, sede, objeto e duração da sociedade	
Art. 1º - A sociedade terá por denominação social Pettenati S/A Indústria Têxtil e reger-se-á pelos presentes estatutos e disposições que lhe forem aplicáveis.	Artigo não alterado
Art. 2º - A sociedade terá sua sede e foro nesta cidade de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, podendo abrir sucursais, depósitos, agências e filiais em todo o território nacional, e ou exterior, a critério de sua diretoria.	Artigo não alterado
Art. 3º - A sociedade tem por objeto a indústria e comércio de malharia e fiação, compreendendo a confecção de artigos do vestuário em ponto de malha, de tecelagem com fios de lã, algodão, acrílico e outros, sua importação e exportação, representações, comissões e consignações de produtos correlatos ao seu ramo de indústria, bem como participar em outras empresas.	Artigo não alterado
Art. 4º - A sociedade é instituída por tempo indeterminado.	Artigo não alterado
II – Capital, Ações e Acionistas	
Art. 5º - O capital social é de R\$ 43.000.000,00 (Quarenta e três milhões de reais), divididos em 12.011.622 (doze milhões, onze mil e seiscentas e vinte e duas) ações nominativas sem valor nominal sendo 4.004.231 (quatro milhões, quatro mil duzentas e trinta e uma) ações ordinárias e 8.007.391 (oito milhões, sete mil e trezentas e noventa e uma) ações preferenciais.	Art. 5º - O capital social é de R\$ 43.990.000,00 (Quarenta e três milhões, novecentos e noventa mil reais) divididos em 12.011.622 (doze milhões, onze mil e seiscentas e vinte e duas) ações nominativas sem valor nominal, sendo 4.004.231 (quatro milhões, quatro mil, duzentas e trinta e uma) ações ordinárias e 8.007.391 (oito milhões, sete mil e trezentas e noventa e uma) ações preferenciais.”;
Parágrafo 1 – As ações preferenciais não terão direito a voto, mas receberão um dividendo fixo, não cumulativo de 12% (doze por cento) ao ano, sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do capital social pelo número de ações existentes.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 2 – Os possuidores de ações preferenciais, poderão assistir as Assembléias Gerais e tomar parte nos respectivos debates, sem o exercício de direito de voto.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 3 – Poderão ser emitidas ações preferenciais até 2/3 (dois terços) do total de ações.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 4 – Por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, a companhia poderá aumentar seu capital em até mais 5.479.233.218 ações ordinárias e 10.958.466.436 ações preferenciais, nominativas, e sem valor nominal.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 5 - As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, lhes sendo assegurado, juntamente com os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias, o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, além de assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.	Parágrafo não alterado
Art. 6º - Todas as ações da sociedade serão escriturais, obedecendo às disposições dos artigos 34 e 35 da Lei 6404/76 de 15/12/1976, e as demais prescrições legais e regulamentares.	Artigo não alterado
Art. 7º - As ações serão mantidas em conta de depósito, em instituição financeira designada pela Diretoria, sem emissão de certificados.	Artigo não alterado
Art. 8º - Fica assegurado aos senhores acionistas a livre cessão, venda ou transferência de ações, tanto ordinárias como preferenciais, sendo facultado a instituição depositária a cobrança de custos do serviço, observados os limites máximos	Artigo não alterado

legais.	
Art. 9º - Cada ação ordinária escritural dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.	Artigo não alterado
Art. 10º - As ações serão indivisíveis em relação à sociedade, que só reconhecerá um proprietário para cada ação.	Artigo não alterado
Art. 11º - Determinado o aumento do capital, caberá aos acionistas a preferência para a respectiva subscrição, na proporção das ações que possuírem, fixando-se o prazo da decadência de 30 dias para o exercício do direito, contados a partir da data da publicação de aviso aos acionistas.	Artigo não alterado
II – Administração	
Art. 12º - A administração da sociedade será exercida por um Conselho de Administração, órgão colegiado de deliberação, e por uma Diretoria na função executiva, cujos membros poderão ser reeleitos.	Artigo não alterado
Art. 13º - A investidura dos Conselheiros e Diretores efetuar-se-á mediante assinatura de termo lavrado nos próprios, dispensando-se quaisquer garantias para exercício dos cargos.	Artigo não alterado
Art. 14º - A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, será fixada pela Assembléia Geral.	Artigo não alterado
V – Conselho de Administração	
Art. 15º - O Conselho de Administração será composto de até cinco membros, acionistas pessoas físicas, residentes e domiciliadas no País, com mandato de dois anos.	Artigo não alterado
Art. 16º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos dentre seus membros, em Reunião de Conselho. Parágrafo 1 – Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Conselho este será substituído pelo Vice-Presidente. Parágrafo 2 – No caso de impedimento temporário de qualquer um dos Conselheiros este poderá ser substituído por qualquer outro. Parágrafo 3 – O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, sendo que, em caso de empate, o Presidente terá voto de qualidade, as reuniões serão convocadas por seu Presidente, sempre que assim exigirem os interesses sociais, podendo as Reuniões ter início com o comparecimento de no mínimo 2 (dois) Conselheiros. Parágrafo 4 – Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, assinadas por todos os presentes.	Artigo não alterado

<p>Art. 17º - Compete ao Conselho de Administração:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) Eleger e destituir os diretores da sociedade; (c) Fiscalizar a gestão dos diretores examinando a qualquer tempo os livros e papéis, da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados a quaisquer outros atos; (d) Convocar a Assembléia Geral quando julgar convenientes ou nos casos estabelecidos em lei; (e) Manifestar-se sobre o relatório de administração e as contas da diretoria; (f) Escolher e destituir os auditores independentes; (g) Deliberar sobre a emissão de ações, nos limites do artigo 5, parágrafo 4, deste estatuto. (h) Autorizar a aquisição de ações emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes. (i) Declarar dividendos a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores, (j) Deliberar sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, na forma e condições referidas no parágrafo segundo do artigo 40, do Estatuto Social. (k) Autorizar a sociedade e/ou controladas a concessão de empréstimos e financiamentos, quando relevantes, a empresas subsidiárias diretas ou indiretas. (l) Autorizar a aquisição e/ou alienação de ativos e de participações societárias quando reputadas como relevantes na forma da lei. (m) Autorizar a sociedade a constituir empresas subsidiárias no Brasil e no exterior. (n) Autorizar a concessão, pela Sociedade ou por qualquer de suas controladas, de garantia real ou fidejussória, desde que relevantes, em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente ou em favor de subsidiária, em quaisquer hipóteses, em uma ou mais operações, sempre no interesse da Sociedade 	<p style="text-align: center;">Artigo não alterado</p>
<p>V – Diretoria</p>	
<p>Art. 18º - A diretoria será composta por até 8 (oito) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, acionistas ou não, designados de Diretor Presidente, Diretor Comercial, Diretor de Marketing, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Diretor de Exportação e Diretor, todos residentes no país.</p>	<p>Art. 18º - A diretoria será composta por até 9 (nove) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, acionistas ou não, designados de Diretor Presidente, Diretor Comercial, Diretor de Marketing, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Diretor de Exportação, Diretor de Planejamento Logística e TI e Diretor, todos residentes no país.</p>
<p>Art.19º - O mandato da Diretoria será de 1 (um) ano.</p>	<p style="text-align: center;">Artigo não alterado</p>
<p>Art. 20º - Em caso de vaga ou impedimento de qualquer membro da Diretoria, o Conselho de Administração indicará o novo titular que completará o mandato do substituído.</p>	<p style="text-align: center;">Artigo não alterado</p>
<p>Art. 21º - Caberá ao Diretor Presidente a orientação geral dos negócios sociais; ao Diretor Comercial caberá a direção do setor comercial no mercado interno; ao Diretor de Marketing caberá a direção do setor de Marketing; ao Diretor Financeiro caberá a direção do setor financeiro; ao Diretor Administrativo caberá a direção do setor administrativo; ao Diretor Industrial caberá a direção do setor industrial; ao Diretor de Exportação caberá a direção das operações internacionais e ao Diretor caberão as atividades que lhes forem atribuídas em reunião de Diretoria, tudo nas condições reguladas pelos Estatutos Sociais.</p>	<p>Art. 21º - Caberá ao Diretor Presidente a orientação geral dos negócios sociais; ao Diretor Comercial caberá a direção do setor comercial no mercado interno; ao Diretor de Marketing caberá a direção do setor de Marketing; ao Diretor Financeiro caberá a direção do setor financeiro; ao Diretor Administrativo caberá a direção do setor administrativo; ao Diretor Industrial caberá a direção do setor industrial; ao Diretor de Exportação caberá a direção das operações internacionais; ao Diretor de Planejamento Logística e TI caberá a direção dos setores de planejamento, logística e tecnologia da informação e ao Diretor caberão as atividades que lhes forem atribuídas em reunião de Diretoria, tudo nas condições reguladas pelos Estatutos Sociais</p>

<p>Art. 22º - A sociedade será representada, ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, ressalvado o disposto no artigo 26, deste estatuto:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) pelo Diretor Presidente, isoladamente; (b) Por um dos demais Diretores, desde que em conjunto com o Diretor Financeiro, ou com o Diretor Administrativo, ou com o Diretor Comercial, ou com o Diretor Industrial; (c) Por um dos Diretores Financeiro, Administrativo, Comercial ou Industrial, em conjunto com um procurador. 	<p>Art. 22º - A sociedade será representada, ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou; (b) por dois Diretores, sendo um deles necessariamente, o Diretor Financeiro, ou o Diretor Administrativo, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de Planejamento Logística e TI, ou ainda; (c) por um dos Diretores Financeiro, Administrativo, Comercial, Industrial ou de Planejamento Logística e TI, em conjunto com um procurador.
<p>Art. 23º - A Diretoria poderá nomear procuradores ou mandatários, para fins específicos.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 24º - É vedado a Diretoria e Procuradores o uso da empresa em avais, ou quaisquer outras formas de obrigações, diretos ou indiretos, quando a operação for estranha aos interesses sociais.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 25º - Para alienar bens imóveis é necessária e suficiente a assinatura isolada do Diretor Presidente. Para alienar demais bens, ceder ou conceder direitos reais em garantia, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, dar bens móveis em alienação fiduciária é necessária a assinatura:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) do Diretor Presidente, isoladamente, ou; (b) de um dos demais Diretores, desde que em conjunto com o Diretor Financeiro, ou com o Diretor Administrativo, ou com o Diretor Comercial, ou com o Diretor Industrial, ou ainda; (c) de um dos Diretores Financeiro, Administrativo, Comercial ou Industrial em conjunto com procurador. 	<p>Art. 25º - Para alienar bens imóveis é necessária e suficiente a assinatura isolada do Diretor Presidente. Para alienar demais bens, ceder ou conceder direitos reais em garantia, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, dar bens móveis em alienação fiduciária é necessária a assinatura:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) do Diretor Presidente, isoladamente, ou; (b) de dois Diretores, sendo um deles necessariamente, o Diretor Financeiro, ou o Diretor Administrativo, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de Planejamento Logística e TI, ou ainda; (c) de um dos Diretores Financeiro, Administrativo, Comercial, Industrial ou de Planejamento Logística e TI em conjunto com procurador
<p>Art. 26º - A sociedade quando representada por dois Diretores, sendo um obrigatoriamente o Diretor Presidente, poderá participar de outras empresas.</p>	<p>Art. 26º - A sociedade quando representada isoladamente pelo Diretor Presidente poderá, inclusive, participar em outras empresas.</p>
<p>Art. 27º - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, com um mínimo de 02 (dois) titulares, por convocação do Diretor Presidente, cabendo a este o voto de qualidade.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 28º - Na ausência do Diretor Presidente a reunião poderá ser convocada por qualquer um dos diretores.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 29º - As deliberações serão consignadas no livro de Atas de Reunião da Diretoria.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>VI – Conselho Fiscal</p>	
<p>Art. 30º - A sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e iguais número de suplentes, acionistas ou não, podendo ser reeleitos.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 31º - O Conselho fiscal somente será instalado pela Assembléia Geral, nos casos previstos no parágrafo 2, do Artigo 161, da Lei 6404/76.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 32º - O funcionamento do Conselho Fiscal irá até a primeira Assembléia Geral Ordinária, após a sua instalação.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 33º - Os honorários dos membros efetivos do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembléia Geral que os eleger, observando-se o disposto no parágrafo 3, do artigo 162, do mesmo diploma legal.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>VII – Assembléias Gerais</p>	
<p>Art. 34º - A Assembléia Geral dos acionistas, reunir-se-á ordinariamente, para fins previstos em lei, dentro dos 4 (quatro) meses após o término de cada exercício social e,</p>	<p>Artigo não alterado</p>

extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.	
Art. 35º - Observarão as leis vigentes à convocação, instalação e realização das Assembléias Gerais.	Artigo não alterado
Art. 36º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembléias por procuradores, conforme o disposto no parágrafo 1, item IV, do artigo 126, da Lei 6404/76.	Artigo não alterado
Art. 37º - Os trabalhos da Assembléia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.	Artigo não alterado
Art. 38º - Prevalecerá sempre a deliberação da maioria absoluta do capital representado na Assembléia Geral, salvo disposição da lei em contrário.	Artigo não alterado
Art. 39º - Ficam suspensas quaisquer transferências de ações a partir da data de primeira convocação para qualquer Assembléia Geral, até a realização desta e durante os primeiros 10 (dez) dias do pagamento de dividendos fixados por Assembléia Geral, observado o disposto no Artigo 37, da Lei 6404/76.	Artigo não alterado
VIII – Exercício Social e Distribuição de Lucros	
Art. 40º - O Exercício Social terminara em 30 de Junho de cada ano, procedendo-se as Demonstrações Financeiras com observância da legislação em vigor. Parágrafo 1 – Além do balanço geral a ser levantado no dia 30 de junho, poderão ser levantados balanços de períodos menores, podendo o Conselho de Administração declarar dividendos à conta dos lucros apurados, nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros. Parágrafo 2 – A companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio calculado sobre o Patrimônio Líquido, podendo referidos juros serem imputados ao valor do dividendo obrigatório previstos na letra “b” do Artigo 41 e Parágrafo 1ª. do Artigo 5ª. do Estatuto Social. O valor dos juros aqui previstos poderá ser incorporado ao capital social ou mantido em conta de reserva destinado a aumento de capital, tudo de conformidade com a Lei número 9.249 de 26 de dezembro de 1995.	Artigo não alterado
Art. 41º - Do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) Do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para Dividendos aos acionistas; (c) O saldo ficará a disposição da Assembléia Geral, que poderá constituir outras reservas ou incorporá-lo ao Capital Social.	Artigo não alterado
Art. 42º - O pagamento do dividendo será efetuado no prazo máximo de 60 dias, após a realização da Assembléia que aprovar as Demonstrações Financeiras, salvo se esta deliberar em contrário porém, em qualquer caso, dentro do exercício social.	Artigo não alterado
X – Dissolução e Liquidação da Sociedade	
Art. 43º - Em caso de dissolução da sociedade, a Assembléia nomeará o liquidante e se for o caso, o Conselho Fiscal que devem funcionar durante o período de liquidação.	Artigo não alterado

Art. 44º - A Assembléia que nomear o liquidante e o Conselho Fiscal fixar-lhe-á sua remuneração, seus deveres e poderes, segundo o estabelecido pela legislação em vigor.	Artigo não alterado
K – Disposições Gerais	
Art. 45º - Os casos omissos nestes estatutos, serão resolvidos de conformidades com a legislação consubstanciada na lei 6404, de 15 de Dezembro de 1976 e com os usos e costumes vigentes.	Artigo não alterado
KI – Disposições Transitórias	
Art. 46º - O endereço da sociedade é em Caxias do Sul, neste Estado, á Estrada Estadual RSC 453 – km 2,4.	Artigo não alterado

Anexo VIII

Aumento de Capital

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

O aumento de capital proposto para a AGO/E de 29/10/2010 é de R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais), sem a emissão de novas ações. Com a alteração aprovada o capital da companhia passará a ser de R\$ 43.990.000,00 (quarenta e três milhões, novecentos e noventa mil reais).

2. Informar se o aumento será realizado mediante:

- (a) conversão de debêntures em ações;
- (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição;
- (c) capitalização de lucros ou reservas; ou
- (d) subscrição de novas ações

O aumento proposto será efetivado mediante a capitalização de lucros acumulados do exercício 2009/2010.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas conseqüências jurídicas e econômicas

O aumento ora proposto obedece a legislação no que diz respeito a destinação do 100% dos lucros do período. Como não houve proposta para a destinação para outras reservas de lucros e como o dividendo fixo já foi destinado aos acionistas que tem esse direito, a Cia. decidiu propor a capitalização do excedente de lucro que era uma das alternativas legais a serem tomadas.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

Ver Anexo II

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

- a. Descrever a destinação dos recursos
- b. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
- c. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas
- d. Informar se a subscrição será pública ou particular
- e. Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos
- f. Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública
- g. Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital
- h. Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento
- i. Informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha
- j. Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado
- k. Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão
- l. Informar a cotação de cada uma das espécies e classes de ações da companhia nos mercados em que são negociadas, identificando:
 - i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos
 - ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos
 - iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses
 - iv. Cotação média nos últimos 90 dias
- m. Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos
- n. Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão
- o. Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas
- p. Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito
- q. Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras
- r. Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital
- s. Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens
 - i. Apresentar descrição completa dos bens

- ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social
- iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível

Não aplicável.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

- a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

As ações não tem valor nominal e não serão emitidas novas ações.

- b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

Não serão emitidas novas ações

- c. Em caso de distribuição de novas ações

- i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
- ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações
- iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas
- iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995
- v. Informar o tratamento das frações, se for o caso

Não aplicável.

- d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

Não aplicável

- e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não aplicável

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição

- a. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
- b. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Não aplicável.

Anexo IX
Currículos dos candidatos e informações indicadas
nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

CONSELHO FISCAL

1 – Membros Titulares

(a) ZULMAR NEVES

Idade

60 anos

Profissão

Advogado

CPF/MF

009.650.490-00

Cargo eletivo ocupado

Conselheiro Fiscal Titular

Outros cargos ou funções exercidos no emissor

Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos

Diretor Geral de Zulmar Neves Advocacia

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Conselheiro Fiscal da Randon S.A.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

1- qualquer condenação criminal

Não se aplica

2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não se aplica

3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- Administradores do emissor

Não se aplica

- Administradores do emissor e:

a) Administradores de controlada, diretas ou indiretas do emissor

Não se aplica

b) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas

Não se aplica

- Controladores diretos ou indiretos do emissor

Não se aplica

- Administradores do emissor e administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor

Não se aplica

(b) THEODORO FIRMBACH

Idade

74 anos

Profissão

Advogado

CPF/MF

003.486.600-06

Cargo eletivo ocupado

Conselheiro Fiscal Titular

Outros cargos ou funções exercidos no emissor

Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos

Advogado atuante nas áreas tributária, previdenciária e civil.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

1.- qualquer condenação criminal

Não se aplica

2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não se aplica

3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- Administradores do emissor

Não se aplica

- Administradores do emissor e:

a) Administradores de controlada, diretas ou indiretas do emissor

Não se aplica

b) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas

Não se aplica

- Controladores diretos ou indiretos do emissor

Não se aplica

- Administradores do emissor e administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor

Não se aplica

2 – Membros Suplentes

(a) JOÃO CARLOS FRANZOI BASSO

Idade

42 anos

Profissão

Advogado

CPF

527.287.140-53

Cargo eletivo ocupado

Conselheiro Fiscal Suplente

Outros cargos ou funções exercidos no emissor

Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos

Sócio Diretor de Zulmar Neves Advocacia

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

1-qualquer condenação criminal

Não se aplica

2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não se aplica

3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Administradores do emissor

Não se aplica

Administradores do emissor e:

a) Administradores de controlada, diretas ou indiretas do emissor

Não se aplica

b) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas

Não se aplica

Controladores diretos ou indiretos do emissor

Não se aplica

Administradores do emissor e administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor

Não se aplica

(b) GABRIELA MANCUSO FIRMBACH

Idade

35 anos

Profissão

Advogada

CPF

886.085.140-87

Cargo eletivo ocupado

Conselheira Fiscal Suplente

Outros cargos ou funções exercidos no emissor

Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos

Advogada atuante nas áreas tributária, previdenciária e civil.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

1-qualquer condenação criminal

Não se aplica

2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não se aplica

3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Administradores do emissor

Não se aplica

Administradores do emissor e:

a) Administradores de controlada, diretas ou indiretas do emissor

Não se aplica

b) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas

Não se aplica

Controladores diretos ou indiretos do emissor

Não se aplica

Administradores do emissor e administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor

Não se aplica

